

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA
CURSO DE TURISMO

RAISSA VANESSA FONSECA DE CASTRO

“DESMISTIFICAÇÃO” DO BACHAREL EM TURISMO:

Um estudo de caso em São Luís - Maranhão

São Luís

2013

RAISSA VANESEA FONSECA DE CASTRO

“DESMISTIFICAÇÃO” DO BACHAREL EM TURISMO:

Um estudo de caso em São Luís - Maranhão

Monografia apresentada ao curso de turismo da
Universidade Federal do Maranhão para obtenção
parcial de grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Profa. Dr.^a Linda Maria Rodrigues

São Luís
2013

Castro, Raissa Vanessa Fonseca de

“Desmistificação” do bacharel em turismo: estudo de caso em São Luís
- Maranhão / Raissa Vanessa Fonseca de Castro. – São Luis, 2013.
60 f.

Orientador: Linda Maria Rodrigues.
Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do
Maranhão, Curso de Turismo, 2013.

1. Profissional de turismo – Valorização. 2. Profissional de turismo –
Atividade. 3. Turismo – Lei. I. Título.

CDU 338.48-057.4

“DESMISTIFICAÇÃO” DO BACHAREL EM TURISMO:
um estudo de caso em São Luís Maranhão

Monografia apresentada ao curso de turismo da
Universidade Federal do Maranhão para obtenção
parcial de grau de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Linda Maria Rodrigues

Aprovada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Linda Maria Rodrigues. (Orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Esp. Luís Antônio Pinheiro
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Ms.David Bouças
Universidade Federal do Maranhão

Dedico em primeiro lugar a Deus, grande mentor do Universo, que me fez ser neste mundo, e portadora de uma missão;

Aos meus pais Douglas e Gardênia, que estiveram comigo por toda essa longa e árdua caminhada.

À minha avó paterna, Galiana Castro, que foi a primeira a lutar a meu favor quando decidi estudar turismo; à minha tia Crisanthême e a minha Madrinha Rosa que estiveram ao meu lado sempre, foram as pessoas que incentivaram meu gosto pelos estudos; afinal ensinaram-me desde a infância.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que me deu o sopro da vida e o dom da inteligência.

Aos meus pais que estiveram sempre incentivando meus estudos e me aplaudindo mesmo que muitas vezes de longe;

Às minhas avós, aos meus primos em especial à Monique, amigos e meu namorado, Caio, pois todos estiveram sempre ao meu lado me ajudando em todos os momentos e sempre tentando me compreender nas mais adversas situações. Além da paciência extrema ao decorrer do estudo monográfico que envolvia todos de forma direta ou indireta e, portanto, de alguma forma fizeram esse estudo comigo.

A todos os Professores do curso, que de uma forma mínima ou grandiosa contribuíram para o meu desenvolvimento profissional, e, em especial, ao Professor Luís Antônio, ao Professor David Bouças e à Professora Thays Pinho que instigaram o meu desenvolvimento na área do turismo. Todos fizeram seu papel de mestre, contribuindo no enriquecimento do conhecimento e na busca pelo aperfeiçoamento.

À minha orientadora Linda Maria Rodrigues por haver atendido ao meu pedido dispondo a orientar-me, meus sinceros agradecimentos.

Aos meus colegas de curso, que foram companheiros em todas as horas, aqueles que até tentaram me derrubar e por vezes titubiei, porém acabaram servindo como alavanca para o meu sucesso.

Agradeço também, ao carioca mais gentil que pude conhecer, Nélcio Pinheiro que foi amável e prestativo ao colher dados que contribuíram para construção desse trabalho, além de sua ajuda como amigo que foi de grande valia.

Ao Eriberto Sousa que foi incansável ao incentivar-me de todas as formas possíveis, em todos os momentos de estudo, além de contribuir com seu intelecto invejável, sempre dando sugestões e disponibilizando bibliografia.

Não tenho palavras para agradecer a todos; muitas foram as pessoas que contribuíram para formatação desse trabalho.

Às minhas tias Theminha e Rosa, que vêm me acompanhando desde o princípio, fizeram parte do meu aprendizado inicial, contribuíram para minha alfabetização e nunca me abandonaram, dando-me forças sempre no decorrer da caminhada. Tia Theminha então, sempre esteve comigo no período monográfico fazendo com que eu não desistisse e dando dicas para enriquecimento do trabalho, fez também a revisão do texto final.

“O turismo é uma Universidade em que o aluno nunca se gradua, é um templo onde a suplicante cultua, mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma viagem com destino sempre a frente, mas jamais atingido. Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre, errantes aventureiros.”

Loard Curson (1859 – 1925).

RESUMO

O estudo aborda uma discussão acerca da valorização do profissional de nível superior formado em turismo e reflete, como uma atividade com resultado cada vez mais abrangente e destacado na economia não consiga o reconhecimento deste profissional tanto socialmente como no mercado turístico. O objetivo geral dessa pesquisa é investigar as percepções da sociedade civil organizada ludovicense acerca do papel do profissional de nível superior em turismo. No Brasil, apesar de ter uma lei que deveria regulamentar, ao contrário disso, desregulamenta a profissão do turismo e apenas o reconhece enquanto categoria. A metodologia utilizada traz a pesquisa quantitativa e qualitativa apresentada por meio da aplicação de questionários que foram aplicados nos meses de junho e julho de forma on line e com algumas visitas *in loco*, junto à sociedade civil organizada de São Luís para tentar entender por que essa profissão tão importante é desvalorizada. Seguiu-se o modelo de pesquisa bibliográfica e exploratória via internet, possibilitando-nos concluir que a sociedade acaba confundindo os profissionais e suas atividades. De modo geral, não souberam expressar exatamente a diferença entre profissional de turismo de nível superior e técnico, além disso, a maioria dos entrevistados não conseguiu informar se essa profissão possui regulamentação perante as leis brasileiras, ou seja, a profissão ainda está envolta em uma névoa, e as pessoas até sabem que ela existe, porém se confundem em dizer quais atividades são de sua competência, e qual a importância dessa atividade para o país.

Palavras-chaves: Profissional do Turismo. Formação. Lei. Valorização.

ABSTRACT

The study addresses a discussion on the value of the higher-level degree in tourism and reflects , as an activity with increasingly comprehensive and professional results highlighted the economy does not get the recognition of this person both socially and in the tourist market . The overall goal of this research is to investigate the perceptions of ludovicense about the role of top-level professional tourism organized civil society. In Brazil , despite a law that should regulate , unlike addition, deregulation of tourism and the profession only recognizes as a category . The methodology brings quantitative and qualitative research by means of questionnaires that were applied during June and July and on line form with some field visits , with organized civil society of St. Louis to try to understand why this so important profession is undervalued . Followed the model of literature and exploratory research via the internet , allowing us to conclude that society ends up confusing the professionals and their activities . Generally not able to express exactly the difference between the higher and technical level tourism professional, in addition, most respondents could not say whether the profession has legislation before the Brazilian laws , ie , the profession is still shrouded in a fog , and people even know it exists , but it is confusing to say what activities are your responsibility , and the importance of this activity for the country .

Key - Words: Professional Tourism. Law. Valuation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Divisão de Polos no Maranhão – Plano Maior 2010 – 2020.....	29
Gráfico 1	Gênero dos entrevistados	43
Gráfico 2	Faixa etária	43
Gráfico 3	Ocupação atual	44
Gráfico 4	Nível de escolaridade	44
Gráfico 5	Nome do profissional de nível superior formado em turismo ...	45
Gráfico 6	Nome do profissional de nível técnico em turismo	45
Gráfico 7	Campo de atuação de um profissional de nível superior em turismo	46
Gráfico 8	Importância do profissional de turismo para o país	46
Gráfico 9	Significado da palavra Turismólogo	47
Gráfico 10	Importância do aprendizado sobre Turismo na escola	48
Quadro 1	Classificação das competências do bacharel em turismo	49
Gráfico 11	Conhecimento da existência de vagas para cargos públicos na área de Turismo	50
Gráfico 12	Grau de informação sobre a existência de uma regulamentação para o Profissional de Turismo	50

LISTAS DE SIGLAS

ADETUR	- Agência de Desenvolvimento do Turismo
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
FURINTUR	- Fundo de Incentivo ao Turismo e ao Artesanato
MTUR	- Ministério do Turismo
OMT	- Organização Mundial do Turismo
PNT	- Política Nacional do Turismo
SEEDETUR	- Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo
SETUR	- Secretária de Estado do Turismo do Maranhão
SETUR	- Secretária Municipal de Turismo de São Luís

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	TURISMO: CONTEXTO HISTÓRICO	13
2.1	Mundo: caracterização e desenvolvimento	15
2.2	Brasil: formação do conteúdo turístico brasileiro	18
2.3	Maranhão: por uma política de turismo	21
2.4	São Luís: ensejos de planejamento	24
3	O PROFISSIONAL DO TURISMO: Uma necessidade de mercado?	26
3.1	Cursos superiores x área de atuação	33
3.2	O bacharel em turismo: limites e responsabilidades	37
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	41
4.1	Tipo de pesquisa	41
4.2	Universo e amostra	42
4.3	Limitações da pesquisa	42
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	56
	APENDICE	61

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um estudo que tem por propósito, esclarecer qual a importância e necessidade, além de citar quais atribuições o bacharel em turismo possui. O estudo vem apontando conceitos, leis, e explica como o turismo é trabalhado e a importância que o mesmo tem de ter profissionais preparados para o exercício dessa atividade.

O estudo de turismo como ciência é relativamente novo. Tudo teve início com a escola berlinesa em 1939, com alguns estudiosos do ramo da economia que começaram a estudar o fenômeno turístico demonstrando comportamento diferenciado na economia mundial e devido a isso foram se formulando conceitos para definir tal atividade. Apesar de sempre haver existido a referida atividade, de vez que o homem foi curioso e buscava novas experiências e conhecimento. Com evolução do mesmo, a atividade se modificou e a forma de fazer o turismo foi ganhando características específicas. Wabah (1988) discute ideias que o turismo pode ser considerado uma profissão, com regras próprias e código de ética. Segundo o autor, teria a finalidade de desempenhar certa função na sociedade e está relacionada com a intensificação do contato humano e a integração social dentro de um país ou entre vários países, assim como o incremento do desenvolvimento social e econômico. O autor também cita em sua obra que o profissional para trabalhar nessa área necessita de uma diversificada bagagem de conhecimento intelectual, além de um treinamento especializado para estar sempre atualizado com as mudanças que o mundo sofre constantemente.

A escolha do tema se deu pela percepção que a cidade de São Luís, Maranhão, é detentora de um potencial turístico visível, porém a comunidade não tem o sentimento de pertencimento deste potencial e os profissionais que se graduam todos os semestres nas Faculdades e Universidades da cidade, apesar de em sua maioria possuem competência profissional, acabam não aplicando o CHA (Conhecimento, Habilidades e Atitudes). Além disso, o poder público o qual deveria reconhecer este profissional e mostrar a sua importância para a sociedade acaba por se igualar aos saberes empírico. E os cargos públicos que deveriam ser ocupados por turismólogos acabam sendo executados por profissionais de graduação/especialização que não se coadunam com a atividade.

A lei 12.591 de janeiro de 2012, sancionada pela presidente Dilma Rousseff que teria como objetivo principal reconhecer os profissionais de turismo, teve em sua redação três artigos vetados. Eram exatamente estes os que amparavam de fato o profissional. Ocorreu, de certa forma um falecimento em relação a essa regulamentação tão importante para o profissional .

A presidente numa “tentativa” para justificar a inclusão do profissional no mercado de trabalho, conseguiu piorar o quadro justificando seus vetos com o artigo 5º inciso XIII da Carta Magna de 1988. Pois, quando analisada sem contexto, o artigo se torna letra fria da lei, descontextualizado, acaba sendo vulnerável a qualquer situação.

Trata-se de um estudo exploratório, pois busca investigar junto à sociedade civil organizada o que sabe ou pensa sobre o profissional do turismo, esses elementos quase não discutidos pela sociedade científica da área, uma abordagem voltada para a importância desse profissional na sociedade local, quais suas funções e atribuições.

Os objetivo geral para esse estudo foi investigar sobre as percepções da sociedade civil organizada ludovicense a respeito do papel do profissional do turismo de nível superior, já os objetivos específicos seria apresentar as reais atribuições para esse profissional, investigar o conhecimento da sociedade civil organizada, mostrar as leis que já existem para esse profissional, mostrar o nível de discursão para o reconhecimento do mesmo.

O trabalho está estruturado em seis capítulos. Além da introdução, está dividido da seguinte forma: no segundo capítulo, explora-se o Turismo e seu contexto histórico, como se deu início a atividade turística e quando esta começou a ser estudada como ciência, define os conceitos e termos relacionados ao assunto, os primeiros estudiosos e ações nessa área. Explana-se a influencia do turismo na economia mundial, além de trazer um breve histórico sobre as universidades/faculdades de turismo no Mundo e no Brasil, com um relato das primeiras ações construtivas do Turismo no Maranhão que embora recente, teve avanços significativos ao longo dos anos, apesar de chegar a um ponto de estagnação. O turismo no Maranhão foi ligado diretamente ao desenvolvimento e conquistas turísticas de São Luís, capital do Estado.

O terceiro capítulo trata do profissional do turismo, como ele surge, as necessidades e destaque do momento social, cultural e econômico o qual molda um

profissional completamente novo para um mundo que se transforma e se torna globalizado. Discute-se sobre as políticas públicas para a área turística nos 2 âmbitos; Nacional, Estadual e Municipal. Há uma discussão sobre as leis que amparam essa atividade e que deveriam amparar o profissional, utilizam-se alguns pontos de vista de profissionais da área.

O quarto capítulo refere-se à metodologia utilizada na pesquisa efetuada com 44 representantes da sociedade civil organizada de São Luís, estas subdivididas em ONGS, Conselhos, Clubes, Associações e Organizações e seus resultados. Expõem-se os procedimentos utilizados para obtenção da coleta de dados, o tempo de estruturação e obtenção de resultados e como foram traçadas as considerações para o desenvolvimento da mesma com a exposição dos dados coletados, desde a importância do bacharel em turismo e do guia de turismo para o país, incluindo uma análise da importância das atividades desenvolvidas pelos profissionais do turismo, o conhecimento sobre a existência de um curso superior em turismo, a terminologia utilizada para esse profissional. Estes são alguns dos questionamentos utilizados para averiguação da hipótese levantada pela autora. Apresentam-se, também, as dificuldades encontradas para coleta de dados e a falta de pesquisa com o mesmo teor científico.

O quinto capítulo apresenta os resultados e a discussão da pesquisa. Os dados encontrados na tabulação dos questionários são discutidos com embasamentos em alguns conceitos de estudiosos da área ou de estudos já publicados. Percebe-se a confusão dos entrevistados em muitas questões, o que deixa claro que o bacharel em turismo e ou turismólogo ainda não é um profissional conhecido de fato pela sociedade.

No sexto capítulo apresenta-se a visão adquirida pela pesquisa bibliográfica confrontada com o resultado da pesquisa sobre a importância de um profissional reconhecido para o meio profissional e para a sociedade como um todo. Por isso, é importante não só à lei reconhecer, mas, principalmente, a comunidade saber a importância do profissional, e em quais situações deve ter o auxílio do mesmo.

2 TURISMO: CONTEXTO HISTÓRICO

O deslocamento humano se observado atentamente, é datado desde os primórdios, afinal desde o início da civilização que se tem histórico de pessoas que se deslocam, os nômades. Desse modo, quando os recursos ficavam escassos ao longo da história, os deslocamentos aconteciam, porém cada um com sua particularidade. (REJOWSKI et al., 2005).

Embrionariamente, os primeiros registros que são considerados movimentações turísticas surgem desde os séculos V até o VIII em Grécia e Roma, com diversas motivações, como exemplo saúde, visitar parentes, Olimpíadas, e algumas guerras que também aconteciam naquela época que acabavam por deslocar a população em busca de regiões mais calmas. Especialmente na época das Olimpíadas, esse deslocamento acabava sendo maior, onde parte da população se encaminhava para os locais de realização dos jogos. (REJOWSKI et al., 2005).

Não pode passar despercebido que essas cidades tinham incrível infraestrutura para a época o que continua a desafiar o tempo. Um exemplo disso são obras viárias como estradas, pontes, viadutos... que permitiam deslocamentos cada vez mais longos. Outros fatores que motivavam esse mesmo fato na Idade Média eram a defesa dos lugares sagrados e a profissão da fé. Já no Renascimento os valores apontavam os motivos de viagens de cunho cultural. (REJOWSKI et al., 2005).

No decorrer dos milênios, essas atividades vêm se tornando cada vez mais presentes no dia a dia do ser humano. Alguns fatores contribuíram para isso; dentre os quais, a evolução dos meios de transporte iniciada por volta dos anos XV com a expansão marítima, no Renascimento, onde a sociedade está se libertando das amarras da Igreja e começando a buscar satisfação pessoal. Isso influenciou bastante no turismo, pois eram incentivadas as viagens culturais, motivadas por estudos e experiências, esse era o novo tipo de viajante que levava a experiência, o seu conhecimento, enquanto o “peregrino” da Idade Média viajava para experimentar apenas os mistérios da Igreja. (REJOWSKI et al., 2005).

Essa nova forma de viajar ficou conhecida como “fazer o grand tour” nova expressão que apareceu na Inglaterra nos séculos XVII e XVIII. (REJOWSKI et al., 2005).

Com o novo *modus vivendi*, surgem necessidades de aperfeiçoamento das embarcações, de infraestrutura de viagens além da forma de receber que também começa a ser diferenciada. (REJOWSKI et al., 2005).

No século XIX vem o surgimento dos trens e assim, até na atualidade com a utilização de carros, trens, aviões com voos domésticos etc. O que facilitou e incentivou o movimento turístico. (REJOWSKI et al., 2005).

O *grand tour* é interrompido por volta de 1789 pela Revolução Francesa, seguida pelas guerras napoleônicas, o que fizeram as viagens praticamente desaparecerem na época, uma característica que já pode ser percebida. Daí afirma-se que o turismo é uma atividade influenciada diretamente pelo meio e suas características. (REJOWSKI et al., 2005).

Com o passar dos anos, e o cessar das guerras essas motivações foram voltaram a acontecer, porém o contingente a fazer esses deslocamentos começou a superar aquele que se tinha antes das guerras, devido a uma série de evoluções, dentre as quais a mais marcante é a dos meios de transporte, além do melhoramento dos acessos entre as cidades e dos meios de hospedagem que começavam a surgir em maior número. (REJOWSKI et al., 2005).

Porém, nesse primeiro momento, ainda não se tinha uma ideia formada para denominar esse deslocamento, o processo ainda acontecia muito instintivamente de modo que ir e vir nada caracterizava a atividade turística. (REJOWSKI et al., 2002).

Rejowski et al. (2002, p. 44) fazem uma categorização sobre a evolução do processo, o primeiro deles no século XVIII e XIX que se caracteriza pela descoberta da Natureza e as comunidades receptoras, que funcionam como hospedarias, essa época já é marcada pela Revolução Industrial, e a população está em busca de locais mais calmos, à beira mar e que fuja do ambiente hostil dos grandes centros. No segundo momento, está situado entre o final do século XIX e início do século XX, já é caracterizado por um turismo dirigido e elitista, marco do surgimento do *Grand Tour* na Europa, que eram viagens que os jovens faziam pela Europa para adquirir conhecimento de vida.

Além disso, movimentos como o termalismo, cassinismo, paisagismo e montanhismo, que foram as atividades que o turismo realizou com o avançar dos anos. Portanto, evidenciava-se cada vez mais a necessidade vigente de organização considerada inclusive pioneira na época. (REJOWSKI et al., 2002).

Thomas Cook, um inglês que monta a primeira excursão da história, comprou todas as passagens disponíveis na ferrovia para levar um grupo de pessoas para um congresso evangélico. Mais tarde considerado o “pai do turismo moderno”, mas anterior a ele outras figuras tentaram abrir agências e organizar viagens, porém nenhum deles utilizou as bases do turismo como foram observadas porque Cook as desenvolveu durante muitos anos, aperfeiçoando suas viagens e as características criadas por eles e utilizadas até os dias atuais. (REJOWSKI, et al., 2002).

Tudo isso fala um pouco de como o turismo iniciou na prática mesmo as pessoas fazendo turismo sem saber que era turismo, mesmo como esse desconhecimento o turismo como um estudo científico não é tão recente assim.

2.1 Mundo: caracterização e desenvolvimento

O estudo do Turismo não é tão recente se for analisado de uma forma mais crítica. A primeira definição mesmo que remota de turismo foi dada em 1911, por Hermann Von Shattenhofen¹ que escreveu “turismo é o conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turismo de um determinado município, país ou estado” (BARRETO, 2003, p. 9).

Segundo Fúster (apud BARRETO, 2003, p. 9) “[...] após o conceito de Hermann a ‘escola berlinesa’” surgiu com definições, Robert Glucksmann: “Um vencimento do espaço por pessoas que vão para um local no qual não têm residência fixa”, porém essa definição foi refeita por volta de 1939: Quem interpreta o turismo como um problema de transporte, confunde este com o tráfego de turistas. O turismo começa onde o tráfego termina no porto de turismo, no lugar de hospedagem. O tráfego de viajantes conduz ao turismo, porém, não é turismo propriamente, nem sequer em parte. Turismo é a soma das relações existentes entre pessoas que se encontram temporariamente num lugar e os naturais desse local (BARRETO, 2003).

Além dessa conceituação, a “escola berlinesa” lançou mais cinco conceituações de autores diferentes (BARRETO, 2003).

¹ Economista austríaco.

Logo em seguida vem a “escola polonesa”, com Lesczyck, (apud BARRETO, 2003, p. 10) dizendo que; “O movimento turístico é aquele no qual participam os que durante um certo tempo residem num certo lugar, como estrangeiros ou forasteiros e sem caráter lucrativo, oficial (de serviço) ou militar”.

E a partir desses estudos, o mundo se inseriu nessa visão de definir o que seria a atividade turística, devendo-se frisar que a “escola berlinesa” era especialista em economia e como a atividade turística apresentava um grande destaque no aspecto econômico, em nível mundial foram desenvolvidos estudos para conceituação da atividade que ganhou destaque no campo da economia (BARRETO, 2003).

É a partir daí que o turismo ganha um espaço como “ciência” e os conceitos vão sendo lançados ao redor de todo o mundo, alguns conceitos são considerados ainda pobres, como cita Barreto (2003), o conceito de Schwink diz que o movimento de pessoas que abandonam temporariamente o lugar de residência permanente por qualquer motivo relacionado com o espírito, o corpo ou a profissão são, considerados turismo. Considera conceitos pobres, pois não contemplam a atividade como um todo, conceituam apenas um viés.

Ao longo dos tempos, com o processo evolutivo da sociedade e conseqüentemente dos estudos da área, a OMT (Organização Mundial de Turismo) complementa o que se considera hoje como um conceito mais global de atividade turística que diz “[...] o deslocamento de pessoas por qualquer que seja o motivo em um período inferior a um ano”. (BARRETO, 2003, p. 10).

No mundo, o primeiro termo que se referia ao estudo científico do turismo foi turismologia surgido nos anos 1960, adotado por *Pierre Defert*², porém recusado pelos cientistas. Mas, Zivadin Jovicic² considerado o pai da turismologia tornou o termo mais conhecido e aplicado quando fundou a revista com o mesmo nome em 1972, depois, modificado para turismólogo, que se tornou mais popular e é utilizado até os dias atuais.

A Europa, por ser um continente pioneiro a encarar o turismo como ciência e, por isso, também capaz de sentir a necessidade de ter cientistas que estudam a fundo essas práticas, foi onde surgiram os primeiros cursos de capacitação. (ENSINO..., 2005).

²Cientistas Suecos que pesquisavam sobre sociologia e filosofia e foram os primeiros a discutir sobre turismo.

Assim, a Espanha foi um dos primeiros países a realizar discussões em diversos níveis sobre o tema na década de 1960. O ensino foi regulamentado somente em 1980 e, em 1989, foi reformulado também para cursos na área, visto necessitar-se como pré-requisito, de educação secundária completa e cuja formação seria de grau técnico. A Espanha apresenta um alto nível de absorção desses profissionais, apesar da crise que este país vem enfrentando (ENSINO..., 2005).

Na Alemanha, o sistema educacional privilegia uma formação profissional, o Ensino Médio em hotelaria, restaurantes e turismo feito por escolas e empresas com uma duração média de três anos. Quando se fala em Portugal e no Reino Unido, existem vários cursos de nível superior e médio de turismo, apesar de muitos ainda sem um reconhecimento (ENSINO..., 2005).

Os dados com maior destaque em visitação quando se trata de níveis mundiais são os da França, pois na análise realizada é o país no qual está sempre em primeiro lugar em visitação. A OMT aponta que 1.036 milhões de visitantes no país em 2012, já o Brasil no mesmo período recebia 5,7 milhões. Apesar dos dados brasileiros serem considerados bem baixos quando comparados aos dados franceses, o Brasil teve um aumento em média de 50% ao ano, entre os anos de 1970 a 2012, dado bem significativo quando se analisa o espaço de tempo, afinal trata-se de um intervalo curto para dados com um aumento tão significativo (BRASIL, 2013).

Em 2005, com mais de 7 bilhões de habitantes na Terra, estima-se que apenas 184,1 milhões de pessoas conseguem fazer turismo, uma taxa de 9,8%; em 183 milhões de brasileiros, apenas 2,2 milhões fazem turismo, uma taxa de 1,4% de pessoas com potencial econômico para desenvolver tal atividade; (SETUR-CE, 1997). Muitos, apesar de não fazerem o turismo como turista, acabam de certa forma trabalhando para ele, ou seja, produzindo o serviço necessário para que o turismo possa acontecer, haja vista o fato de que nos países visitados, em 2001, foi auferida uma receita mundial de U\$ 477 bilhões, conforme as estatísticas oficiais do turismo (SETUR-CE, 2004). O que se pode extrair disso tudo é que há um número crescente de trabalhadores, está se envolvendo com essa atividade, muitas vezes não estão qualificados ou preparados para tal. (CORIOLANO, 2006).

2.2 Brasil: formação do conteúdo turístico brasileiro

No Brasil, as conceituações a respeito do turismo se iniciam em meados de 1970, com o objetivo de categorizar uma formação acadêmica específica que começava a surgir no país, com a chegada do primeiro Curso de Turismo. (QUEM É O TURISMOLOGOS, 2013).

O primeiro curso de graduação voltado para esta área no país se iniciou na atual Universidade Anhembi-Morumbi no ano de 1971 e, logo após, foi a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas – atual Centro Universitário Ibero-Americano/ UNIBERO em São Paulo em 1972. (QUEM É O TURISMOLOGOS, 2013).

Entretanto, o turismo somente começa a ser tratado como objeto de estudo acadêmico e científico a partir do ano de 1973, quando foi criado o curso de turismo na Universidade de São Paulo – USP, posteriormente nas universidades Pontifício Universidade Católica de Campinas, em 1974, e Universidade Católica de Pernambuco, em 1975. (QUEM É O TURISMOLOGOS, 2013).

Segundo o Ministério da Educação, o perfil para o Egresso do Bacharel em Turismo é:

[...] O Bacharel em Turismo ou Turismólogo atua no planejamento, promoção e execução das atividades turísticas. Em sua atividade, investiga os potenciais e vocações turísticas regionais, visando promover o desenvolvimento socioeconômico. Gerencia, planeja e administra empreendimentos turísticos, envolvendo-se na elaboração, comercialização e execução de roteiros e eventos, considerando a sua sustentabilidade econômica e ambiental. Desenvolve, elabora e gerencia planos e programas turísticos municipais, estaduais, nacionais e internacionais, atuando com as políticas setoriais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; efetua avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais [...] (REFERÊNCIAS..., 2010).

O conceito do Ministério da Educação a respeito dos ambientes da atuação:

[...] O Turismólogo pode atuar em órgãos públicos e organismos internacionais na elaboração de políticas e programas sociais; em empreendimentos turísticos (agências de viagem, hotéis, parques); em empresas de promoção de eventos. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria [...]. (REFERÊNCIAS..., 2010).

Mediante todo esse histórico pode-se levar em consideração a real atividade turística que vêm crescendo ao passar dos anos. Como diz a OMT (2009):

O turismo vem ganhando importância crescente em todo o mundo, em virtude do seu papel relevante no desenvolvimento econômico e social, gerando renda e empregos diretos e indiretos. É uma atividade de demanda, associada ao consumo, sendo seu desempenho fortemente influenciado pelo crescimento no nível de renda dos consumidores efetivos e dos demandantes potenciais. [...].

Fatos que comprovam o que a OMT fala é que, entre 2000 e 2008, as viagens internacionais cresceram 4,2% ao ano, alcançando o total de 922 milhões de turistas em 2008, gerando uma renda de aproximadamente US\$ 5 trilhões (World Travel & Tourism Council - WTTC).

Na década de 1970 surge o termo turismólogo, com o intuito de reconhecer no Brasil uma classe de profissionais que estudava o turismo a nível superior, mas esse termo somente foi publicado no diário Oficial da União em 19 de janeiro de 2012, um acontecimento um pouco tardio quando se comparam acontecimentos mundiais relacionados a esse reconhecimento.

No Brasil, a turismóloga Barretto (2003, p. 15), define a turismologia como, “estudo do fenômeno turístico enquanto fato social (no sentido dado a esta expressão por Durkheim no século XIX. O turismo é o fenômeno em si. São duas coisas diferentes: o fenômeno e o estudo do fenômeno [...])”

A discussão no país foi tardia e lenta, pois o setor público foi se organizando juntamente com o setor privado e isso só aconteceu devido à “invasão” de turistas que começou a ocorrer após a década de 1960.

Há leis que regulamentam a atividade do turismo no Brasil, como a lei geral do turismo de nº 11.771/08 que trata da Política Nacional do Turismo, que estabelece as normas e atribuições ao setor turístico. Além disso, em 2012 o projeto de lei que reconhece a profissão de Turismólogo de número 12.591/12 que foi sancionado pela presidente Dilma Rousseff, mas com alguns vetos em artigos que segundo Trigo (2012), seria cruciais para a regulamentação de fato da profissão.

A justificativa para esses vetos foi “A Constituição, em seu art. 5º, inciso XIII, que assegura o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, cabendo à imposição de restrições apenas quando houver a possibilidade de ocorrer algum dano à sociedade.” Com tais vetos o que ocorreu de fato foi a não regulamentação da profissão, pois passou a ser permitido qualquer pessoa sem nenhuma formação exercer as atividades do turismólogo, por se enquadrar em uma atividade onde não ocorram riscos à sociedade. (TRIGO, 2012).

As pessoas, por desconhecerem a lei, ou por não acompanharem o que de fato aconteceu para regulamentação dos profissionais do turismo, perderam a oportunidade de se manifestarem publicamente contra tais vetos, objetivando o reconhecimento e validação da profissão do bacharel em turismo (TRIGO, 2012).

Certamente ter-se-ia presenciado novos rumos no encaminhamento desse decreto que culminou com o desprestígio e banalização da carreira que deveria ser abraçada pelo turismólogo ou bacharel em turismo, além de reconhecida pela sociedade como necessária e indispensável ao referido profissional, cujo potencial e competência são adquiridos graças ao seu desempenho através dos tempos (TRIGO, 2012).

Como Bolson (2005) expressa em um de seus textos “É pouco compreensível o fato de o governo federal autorizar tantos cursos superiores de turismo, criar um ministério exclusivo para traçar políticas públicas de turismo e não regulamentar a profissão de quem estuda e vai atuar na área”.

Poder-se-ia trazer a análise, neste momento, como um bom parâmetro as manifestações desencadeadas no Brasil inteiro no atual momento histórico, resultantes da insatisfação geral da sociedade pelos graves transtornos de que vem sendo vítima, isto porque neste caso, o povo conhece como está sendo infligidos seus direitos, o que não ocorreu na situação anterior quando a atual presidente da República, Dilma Rousseff, reduziu o profissional de nível superior de turismo, a um papel secundário de mero guia, função que pode ser exercida por um homem do povo, uma pessoa comum, sem nenhuma qualificação específica. Dessa forma, deixou-se de ir a luta, perdendo uma ocasião extraordinária de protestar contra essa atitude de certa forma repugnante e irresponsável, sobretudo por vir caracterizada como decreto a justificar o injustificável, permitir o proibido e por fim regulamentar a ilegalidade (VOCÊ MANDOU..., 2013).

A qualificação de profissionais que trabalham nessa área existe no Brasil, todavia não são procurada em todos os casos por pessoas as quais estão interessadas em se inserir ou até já estão inseridas no mercado turístico, algumas das justificativas para isso é a falta de informação das mesmas que acabam se envolvendo com o turismo de uma forma indireta, muitas vezes por ser nativo e conhecedor da região, o que seria um ponto vantajoso se essa população tivesse um apoio do governo para sua qualificação e ou aprimoramento (CORIOLANO, 2006).

Algumas situações que acontecem e levam à marginalização desse profissional, primeiro, pela falta de qualificação, acaba sendo absorvido por empreendimentos instalados em sua região em cargos geralmente operacionais, o que desqualifica a mão de obra e a própria ideia de profissionalização do turismo. Apesar disso, segundo dados do Ministério da Educação, as avaliações do ENAD (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes) relacionadas ao curso de turismo no Brasil vêm ganhando destaque devido às notas alcançadas pelos alunos e pela própria avaliação feita por eles, porém o número de abandono de alunos desse curso ainda é alarmante, o jornal correio Braziliense publicou em 2012 que só neste ano, 18% dos alunos matriculados na faculdade em 2010 não retornaram à graduação em 2012, especialistas destacam falta de interesse, de aptidão e de qualidade das instituições. (REFERÊNCIAS..., 2010).

Outra constatação importante, dado do Jornal do Brasil (BOITEUX, 2013), 70% das faculdades brasileiras têm menos de 200 alunos na área, e o motivo disso é a falta de investimentos nas áreas necessárias, pois as universidades investem apenas em setores os quais conseguem dar um retorno mais rápido e efetivo e aumentam a sua visibilidade perante a sociedade. O mesmo autor enumera alguns motivos para essa evasão de alunos no curso, o primeiro deles é a forma de execução do processo seletivo, pois com o anseio que a maioria das faculdades tem de atrair cada vez mais alunos, acabam por deixar de lado a análise na qualidade dos mesmos, muitos deles que entram numa instituição para conseguir um diploma de nível superior estariam mais capacitados ou têm um perfil mais adequado para cursos profissionalizante, e apesar do senso comum não entender a importância do mesmo para uma nação, o que acaba acontecendo é uma falsa faculdade o que no final das contas não denigre só a imagem da instituição, mas também da própria formação, isso acontece muito no turismo, profissionais com diploma de nível superior sem um perfil para o mesmo o que desqualifica a própria profissão, além disso o próprio mercado de trabalho que não consegue absorver os profissionais de uma forma satisfatória, mesmo como dito pela OMT que o profissional da área de um amplo e vasto campo de trabalho, muitas vezes torna-se restrito devido a falta de especificação, muitas vezes o papel do turismólogo é substituído por outros profissionais já que a profissão é tão abrangente e interdisciplinar.

2.3 Maranhão: por uma política de turismo

O Maranhão começa a se preocupar com turismo a partir da década de 1960, quando se criam as primeiras leis voltadas para a promoção do turismo no Estado, todavia, nesse momento havia um despreparo geral para receber um turista.

Foi só em 1962 que a lei de nº 2.239 de dezembro deste ano, criou um Departamento de Turismo e Promoção do Estado do Maranhão, órgão esse de assessoramento do governo, na época subordinado diretamente a ele. Outra lei criada para que houvesse um fundo de desenvolvimento do turismo, dizia que a taxa deveria ser de meio por cento sobre cotas de hotéis, ingressos de teatro e outros espetáculos, além de cobrar também sobre receitas de empresas que exploram quaisquer serviços turísticos no Estado (LIMA, 1982).

Essa taxa proposta pela lei de nº 2.231/62, tinha por objetivo fomentar a indústria do turismo, além de criar e desenvolver ideias turísticas, através de planos objetivando dotar o Estado de instalações de hotéis, pois na época, eram raros e equipados precariamente, desejava-se organizar um registro de patrimônio turístico e propor medidas destinadas a proteger os pontos com atrativos turísticos (LIMA, 1982).

O departamento criado para o desenvolvimento do turismo se encontrava em um momento delicado, não tinha local físico para funcionar, não disponibilizava de quadro de colaboradores, além de ter um orçamento bastante reduzido. Depois de certo tempo a responsabilidade passa somente para o município devido à bitributação que os dois órgãos queriam cobrar separadamente. Essa desativação do Departamento de Turismo do Estado que não demorou nem mesmo um ano, pois em 1966 foi reativado como Departamento Estadual, agora vinculado à Secretaria de Segurança Pública. Posteriormente, volta a ser subordinado diretamente ao governador (LIMA, 1982).

Até o momento, nenhuma das secretarias de turismo tinham como objetivo o planejamento. Somente com a criação da SUDEMA, Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, surgiu a atribuição de planejar. Foi esse órgão que constatou e publicou oficialmente que o Estado não se encontrava em condições de promover o turismo, pois a capital dispunha apenas de um hotel, além da cidade sofrer crises no abastecimento de água e energia também não tinha rede de esgotos

e o Estado sofria com a falta de estradas, dispondo apenas de um pequeno aeroporto (LIMA, 1982).

Logo em seguida foi assinado um decreto pela criação da FURINTUR – Fundo de Incentivo ao Turismo e ao Artesanato, que futuramente seria uma empresa de turismo incluindo uma Cooperativa de Artesanato. A FURINTUR promoveu a construção da sede própria onde funcionou o posto de informações turísticas, além de promover e confeccionar o artesanato do estado. A FURINTUR ganhou o Brasil e participou de feiras pelo nordeste e sudeste divulgando o Maranhão e seu artesanato. Além disso, ajudou o *trade* turístico a se desenvolverem (agências e hotéis) do estado que não possuía nenhuma forma de se sustentar pois o Maranhão era conhecido como destino turístico, a FURINTUR, fazia o papel de tentar incluir o estado como rota do turismo (LIMA, 1982).

Em 1971, o prefeito da capital na época decidiu assumir a política turística do estado, criando outro órgão para tratar desse assunto e tirando a FURINTUR, deixando a responsabilidade para mesma apenas pela parte do artesanato e incentivo ao folclore. Nessa mesma época, o governante Sr. Pedro Neiva de Santana, encomendou o primeiro plano estratégico e promocional do Estado. (LIMA, 1982).

Uma análise crítica de todo esse contexto exposto, percebeu que o turismo no estado foi sempre passado de um lugar para outro quando se sentia que a economia se desenvolvida apenas quando se faziam melhorias diretas no turismo, devido a isso no decorrer dos anos o órgão responsável pelo turismo geralmente era controlado bem mais de perto pelos governadores de cada época. Foram até criados alguns órgãos para tentar separar o poder direto dos governadores, porém nunca foi levado muito à frente, só depois de um turismo mais desenvolvido, o que chega por volta da segunda metade da década de 1990 quando se criam Secretaria Municipal de Turismo e a Secretaria Estadual do Turismo, que tem seus próprios representantes ligados às esferas de governo, mas não tão diretamente como antes quando funcionavam no próprio gabinete dos governantes (LIMA, 1982).

Alguns dados que comprovam esse avanço é que de 2002 a 2009 houve um aumento de 11,6% nas unidades habitacionais (quarto de hotel) em São Luís, aumento significativo, porém, não satisfatório (TURISMO NO MARANHÃO, 2013).

No início do século XXI, o turismo no Maranhão começa a ter uma política mais efetiva. O governo da época investiu milhões em campanhas publicitárias na

Rede Globo de Televisão, o que rendeu duas novelas filmadas no Estado: uma na capital, São Luís e outra em Barreirinhas, porta de entrada dos Lençóis Maranhenses, atualmente o ponto que mais recebe turistas; foi essa jogada de marketing que incluiu definitivamente o Maranhão nas rotas turísticas do Brasil. (LIMA, 1982).

A partir daí o turismo no Maranhão ainda anda em passos lentos no desenvolvimento. Atualmente o Maranhão tem previsto a abertura 20 hotéis de rede em toda a extensão do Estado, informações da ABIH, 2012, dado esse que já consegue mostrar um avanço maior em relação ao turismo. Segundo pesquisas de projeções da SETUR/MA a entrada de visitantes no estado no ano de 2008 foi de 2.166 milhões e, já em 2009, 2.049 milhões havendo uma leve queda nesses números, justificada pelo órgão pelas crises econômicas da época.

Em função das diretrizes federais, no início da década de 1990, o referido Estado foi incluído no PRODETUR-NE, que selecionou 11 dos 136 municípios dessa unidade federada uma vez que o turismo havia sido indicado como sendo a “vocação natural do Maranhão” a qual se baseava na diversidade natural, passado histórico, culinária exótica, cultura original e viva. Devido às expectativas do PNT, o Governo do Maranhão apresentou o Plano Estadual de Turismo em 1995, que em decorrência da continuidade administrativa foi reapresentado em janeiro de 2000 com a denomina o de Plano de Desenvolvimento Integral do Turismo do Maranhão (FERREIRA; SOUZA, 2002).

2.4 São Luís: ensejos de planejamento

No ano de 1965, o governo do Estado do Maranhão e Prefeitura de São Luís, firmaram um convênio para acabar com a bitributa o ocasionada pelos órgãos responsáveis pelo turismo do Estado e do Município que cobravam taxas distintas, e foi a partir daí que o município assumiu a responsabilidade de cobrar, fiscalizar e desenvolver o turismo. Todavia, a atua o única do Departamento Municipal não perdura por muito tempo, ficando em vigor somente um ano (LIMA, 1982).

Em 1971, o prefeito da capital assume de vez a responsabilidade pelo desenvolvimento do turismo, deixando a FUNINTUR, somente com o artesanato e incentivo ao folclore, mas, mesmo com essas limita es esse órgão tenta os

primeiros passos para iniciar a racionalização do turismo na capital, enviando funcionários para realizar um curso de Ordenação e Planejamento Turístico. Essa foi uma atitude para demonstrar que desde o início este órgão percebia a necessidade de profissionais capacitados, que entendessem o processo turístico, para que serve e como deve ser feito. (LIMA, 1982).

Entende-se, mesmo que de uma forma remota, que o turismo deve ser executado por pessoas que tenham o mínimo de treinamento. A FURINTUR, tem um destaque no comércio do artesanato, pois tem a representação na comercialização dos produtos típicos de 20 municípios maranhenses, que obtém um mercado certo e garantido no norte, nordeste e sudeste o que gera lucros e elogios de bancos. (LIMA 1982)

Todavia, em 1973 o governador do estado da época extingue esse órgão e atribui às funções do extinto órgão a outro que é chefiado por sua esposa. Nesse mesmo ano, criam-se outros órgãos que cuidam dessa parte do turismo, porém o que por fim se declara oficial é a Secretaria de Indústria e Comércio, instituição essa que também tem como objetivos, o desenvolvimento do turismo. Quando então se atribuem a Secretaria do Turismo, atrelada à Secretaria de Indústria e Comércio a responsabilidade em controlar e fomentar a atividade empresarial ligada ao turismo, ou seja, começa a desenvolver uma política de incentivo à criação de equipamentos que agregam valor ao turismo, como agências, bares, restaurantes, hotéis, dentre outros. (LIMA, 1982).

Como fruto disso em 1976 foi criada, a primeira Empresa Maranhense de Turismo S.A – MARATUR, através de uma lei, com ações pertencentes ao Governo do Estado do Maranhão, que era acionista majoritário. (LIMA, 1982).

A MARATUR tinha por competência principal, executar a Política de Turismo, em todas as esferas: estadual, municipal e federal, respeitando e observando a EMBRATUR (empresa responsável pelo turismo no Brasil), algumas de suas atribuições era; financiar de acordo com suas possibilidades projetos para o desenvolvimento de atividades turísticas, sem olvidar que a MARATUR também era subordinada à Secretaria de Indústria e Comércio. (LIMA, 1982).

Nos anos 2000, a MARATUR foi transformada em Sub Gerência Estadual de Turismo, passando em 2003 a ser denominada Agência de Desenvolvimento do Turismo (ADETUR) e em 2004 tornou-se a Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento do Turismo (SEEDETUR).

No desenrolar da criação e fechamento da MARATUR, a Universidade Federal do Maranhão cria o curso voltado para formar profissionais que trabalhariam na área do turismo, em 1987. Trata-se de um novo curso em formação, criado no Centro de Ciências Humanas (CCH), uma árdua trajetória, pois não se tinham professores especializados na área e os mestres que ministravam aulas para esse curso além de serem de outras especialidades tinham pouco ou quase nenhum conhecimento desse curso que começava a dar os primeiros passos. (SALGADO, 2012).

3 O PROFISSIONAL DO TURISMO: uma necessidade de mercado?

A história registra que, a partir de 1970, já havia 16 cursos superiores de turismo. No início, visto como um curso sem grandes perspectivas, talvez porque não houvesse descoberto ainda a necessidade de qualificação para um profissional que já á época tinha um setor em crescimento e aquecido por uma movimentação de muitos milhões de dólares. Foi neste momento histórico que se intensificou, a partir do final da década de 1960, a disseminação de um grande complexo, a Disneylândia voltada exclusivamente para o turismo e cujo propósito vinha sendo descrito visando o atingimento de uma clientela abrangente que envolvia no mínimo quatro gerações, avós, pais, filhos e netos e povos de múltiplas culturas (BARRETO, TAMANINI; SILVA, 2004).

Entre as faculdades pioneiras dos cursos de turismo, situam-se principalmente a Faculdade de Turismo do Morumbi, que foi a primeira a dar esse grande passo, em 1971. Depois, veio a Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas – atual Centro Universitário Ibero-americano/ UNIBERO em São Paulo em 1972 e ainda outras como a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, em 1973 – ECA/USP – criadora do primeiro curso de turismo dentro de uma universidade (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Mais tarde, dando prosseguimento à criação de cursos de turismo a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 1974, e a Universidade Católica de Pernambuco, em 1975. (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Constata-se que entre os grandes fomentadores dos cursos de turismo, estão:

1. O pleno amadurecimento da indústria do turismo e da EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo), fazendo com que o mercado exigisse profissionais mais qualificados;
2. Mudanças no cenário da educação nacional, possibilitando facilidade para a abertura de novos cursos, considerando a crise estudantil pela falta de vagas a partir da década de 1960;
3. Valorização do lazer após o final da década de 1960 (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Do exposto, compreende-se que a intensificação da criação dos cursos de turismo se efetivou na década de 1970, exatamente quando ocorriam no país grandes mudanças políticas, econômicas e sociais.

Vale lembrar que todos esses fatos pertencem ao período equivalente ao regime militar (1964 – 1985), época em que o crescimento econômico apresentou significativos avanços, contribuindo inclusive para o desenvolvimento da educação como um todo. Foi exatamente por isso que os cursos de turismo tiveram um decisivo marco histórico por vislumbrar, o país do futuro, de frente com a profissão do futuro.

Por outro lado convém registrar-se que a expressão turismólogo surge nessa mesma década, com o propósito e a exigência de formação acadêmica específica que estava começando a ser vivenciada nas faculdades de turismo.

Assim sendo, ao bacharel em turismo ou turismólogo, exige-se amplo domínio de conhecimentos, habilidades indispensáveis ao trabalho no setor turístico, atendendo inclusive às mudanças da globalização e auto afirmando-se, através de uma intensa formação crítica, ética profissional, um desempenho administrativo, postura, criatividade, liderança, comunicação e trabalho em equipe, capazes de incluí-lo no turismo, ocupando um espaço significativo na profissão que passa a exercer. (LEITE, 2004 apud FEITOSA, 2011).

Segundo Coriolano (2006), Turismo é um tema que, explorado nas instituições de ensino, promove pesquisas e atividades de extensão, além de ser um assunto de interesse sócio espacial, discutido e divulgado nos meios escritos e falados.

O campo de atuação do turismo é definido pelas possibilidades de intervenção profissional em diferentes problemas ou necessidades sociais (BOTOMÉ, 1998).

Neste sentido, o turismólogo está envolvido numa diversidade de tipos de influência que precisam se basear no conhecimento produzido nas mais variadas áreas.

O turismólogo, graduado nos cursos de bacharelado em Turismo, apresenta-se como um profissional preocupado com o mercado de trabalho e com as mudanças das tecnologias e da sociedade onde está inserido. Desse modo, observa-se o seu papel como atuante no desenvolvimento da sociedade em geral através do uso de suas competências e habilidades para oferecer acesso às informações a fim de que possa planejar, tomar decisões, definir metas, coordenar projetos e atividades, gerenciar pessoas e recursos voltados à indústria turística.

A necessidade de aproximar a realidade do mercado de trabalho à teoria aplicada aos cursos de graduação leva os profissionais a refletir sobre a importância de absorver novos conhecimentos e de buscar contínuo aperfeiçoamento, o que forçosamente ampliará seu compromisso com a profissão. (SILVA; FABRIS, 2007).

Urge que, nesse momento, reflita-se sobre a importância da formulação do Plano Nacional de Turismo 2013-2016 que em tese viria consolidar a Política Nacional de Turismo apresentando orientações estratégicas para o desenvolvimento da atividade no Brasil dos próximos anos, resultante também do esforço integrado do governo federal, envolvendo a iniciativa privada e o terceiro setor, através do Conselho Nacional de Turismo, coordenado pelo Ministério do Turismo.

À priori, a proposta contém uma ideologia aceitável, no entanto, na prática não é o que ocorre, pois a presidente da República altera o contexto histórico ao promulgar a lei de número 12591/12, contrariando frontalmente tudo o que havia sido proposto na construção do plano de políticas públicas, voltadas ao turismo, pois confunde a atividade do turismólogo com a do guia de turismo, acabando por tornar a profissão do bacharel em turismo isenta de qualquer pré-requisito de formação acadêmica ou atuação profissional e de registro junto a qualquer órgão federal autárquico, tornando livre o exercício da referida profissão (QUEM É O BACHAREL..., 2013).

Não é mais possível entender-se a apresentação de “diretrizes estratégicas considerando o comportamento da atividade no mercado nacional e internacional e os desafios impostos”, como se fossem:

“definidos objetivos a serem alcançados: e incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada

de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro; e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos”

Pois, tudo isso fica à mercê de palavras vazias e sem nexo de causalidade, visto a evidência da crise histórica que o curso de turismo enfrenta no atual momento, pois carece de profissionais que estudam, pesquisam e produzem para melhor atender às tais exigências de mercado (BRASIL, 2013b).

Entre as políticas públicas do estado do Maranhão, destaca-se o Plano Maior 2010 – 2020, produzido pela *Chias Marketing*, uma das maiores empresa de consultoria conhecidas. Segundo a mesma o Maranhão é detentor de fortes atrativos turísticos, dentre os quais situa:

- Efervescência Cultural;
- Maiores conjuntos arquitetônicos do mundo;
- Gastronomia com influência Indígena, Africana e Portuguesa;
- Harmonia dos atrativos e gente hospitaleira;
- Deserto de Areias brancas com Lagoas de águas cristalinas;
- Segundo maior Delta das Américas.

A partir daí, enumera 10 polos turísticos no Estado do Maranhão.

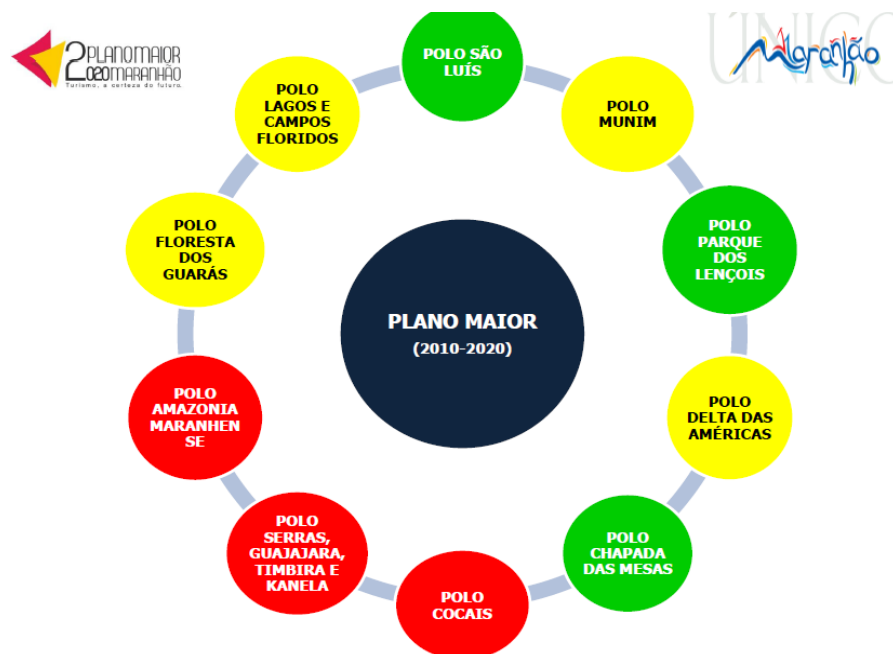


Figura 1 - Divisão de Polos no Maranhão – Plano Maior 2010 – 2020. (ANTAQ, 2010).

Estes polos são classificados de acordo com a realidade contextual das regiões que abrangem, em:

- Indutores: Visam garantia dos objetivos e metas, para o primeiro período de implantação resultando no desenvolvimento turístico do Estado: São Luís, Parque dos Lençóis, e Chapada das Mesas;
- Estratégicos: Situam-se em áreas geográficas pontuais que facilitam o desenvolvimento da região em maior proporção e de forma agregada: Polo Floresta dos Guarás, Polo Lago dos Campos Floridos, Polo Munim e Polo Delta das Américas;
- Em desenvolvimento: Polos com potencial turístico, porém ainda sem uma infraestrutura adequada: Polo dos Cocais, Polo Serra Guajajara Timbira e Canela e Polo Amazônia Maranhense.

Assim sendo, a diretriz estratégica do marketing turístico do Maranhão define o instrumental teórico prático necessário para consolidação dos mercados nacional e internacional, ligados ao turismo, consolidação esta através dos enfoques produto e promoção, isto significa que deve se ter em vista o potencial local agregado a um bom marketing, afinal, o produto só é vendido se amplamente divulgado (ANTAQ, 2010).

Diante da apresentação do Plano Maior do Turismo no Estado do Maranhão, há que se repensar na linha prático-utilitária o que é possível ser feito para a consecução dos objetivos ideologicamente formulados num país em que o profissional qualificado para essa finalidade é desemparrado pela lei, nivelado por baixo a uma pessoa comum, deixando-se de lado a importância dos pré-requisitos e sua qualificação técnico-profissional indispensável ao bom desempenho das atividades que lhe são destinadas. Em tese, como tantas leis em nosso país esse plano não poderá ser executado em plenitude tendo em vista o descrédito que envolve hoje o profissional responsável pelo turismo ou a não exigência de qualificação adequada para o referido desempenho (ANTAQ, 2010).

De igual modo, destaca-se a política municipal de turismo em São Luís, que seguindo as diretrizes do Plano Maior acabou por restringir seu papel ao de simples executor de políticas públicas sem grande destaque e de certa forma prejudicada em relação ao contexto nacional.

Desse modo, a administração pública municipal talvez por desconhecer a importância das grandes marcas culturais de nosso povo e de nossa gente começou a sufocar o que já em suas raízes não era sabiamente incentivado. Assim, desprestigiou logo no início de seu governo uma das maiores festas populares de

São Luís, o carnaval. Desse modo, cortou verbas fazendo com que as escolas de samba e blocos carnavalescos tradicionais deixassem de desfilar nas ruas de São Luís, enfraquecendo o Carnaval de 2013, não havendo a construção do famoso Sambódromo o que causou extremo descontentamento das comunidades que passam o ano inteiro trabalhando para porem suas escolas de samba nas ruas, cheias de tradição e história.

Depois, com um novo golpe a população ludovicense cerceando o direito de fazer a festa de maior participação popular na cidade, além de trazer turistas do Brasil e do exterior que vêm contemplar e conhecer a cultura multifacetada que o Maranhão possui, em múltiplos arraiais pelo centro e pela periferia da cidade durante todo o mês de junho acompanhando os festejos dos santos: Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29), num misto profano x religioso que se confundem e miscigenam durante todo o período junino.

Diante do panorama apresentado constatou-se a inexistência de elementos definidores da promoção do turismo como fator de desenvolvimento social e econômico para as gerações do presente e do futuro. Não foram observadas pela Secretaria Municipal de Turismo (SETUR), a vinculação de políticas publicas aos preceitos e diretrizes básicas a serem observados na promoção do turismo no Maranhão. Sabe-se que:

[...] São João é uma manifestação cultural típica de São Luís. E como tal – goste-se ou não dele - tem o potencial turístico que deve ser respeitado e fomentado pela prefeitura e pelo governo. [...] deve garantir a todos o direito às manifestações culturais, folclóricas e festivas desta cidade. (D'ERÇA, 2013).

Ainda que a SETUR tenha como missão: “Promover o turismo em São Luís de forma sustentável, participativa e transparente, proporcionando a todos geração de renda e melhoria na qualidade de vida.” (SÃO LUIS, 2013).

Na prática, a um total desrespeito às comunidades locais o que já inflige a forma “sustentável” de promover o turismo como consta na missão da Secretaria pelo desprestígio e abandono com que trata das manifestações folclóricas locais, deixando de assegurar a perenidade do patrimônio turístico maranhense mundial. (SÃO LUIS, 2013).

Por outro lado, como pôr em prática uma visão do tipo apregoado pela SETUR em São Luís? “Ter São Luís como um dos destinos turísticos referência nacional em qualidade e inovação.” (SÃO LUIS, 2013).

Qualquer pessoa se faz refletir como uma visão como esta, e sabe que no dia a dia as manifestações que mais atraem o público turístico são rechaçadas pelo gestor maior, que definiu inclusive no plano de gestão turística municipal a ideia de ser São Luís um destino referência (SÃO LUIS, 2013).

E mais, ao elencar os projetos que integram o plano turístico de seu mandato situa, dentre eles:

- Projeto Turismo Educativo – com o propósito de estimular a boa conduta e os princípios éticos no ambiente escolar, incentivando o desenvolvimento de peças teatrais com bonecos, palestras, mostras artísticas, oficinas de artes e exibição de vídeos, passeios turísticos, fomentando, em alunos e docentes, a importância do turismo como atividade geradora de trabalho e renda e fator de inclusão social. A SETUR tem a intenção de ampliar as ações do projeto para atender escolas da rede privada, bem como atuar em associações de bairros, eventos da cidade, ONG's e etc (SÃO LUIS, 2013).
- Projeto São Luís Ilha do Reggae – que contempla o desenvolvimento de um programa de sensibilização e capacitação, com a realização de cursos e palestras sobre a importância do reggae como fonte geradora de emprego, renda, elemento da cultura local, e articulação da cadeia produtiva do segmento, visando contribuir para a consolidação do reggae como produto turístico de qualidade em São Luís (SÃO LUIS, 2013);
- Passeio Serenata Histórica - que contempla um roteiro turístico diferenciado no Centro Histórico de São Luís, integrando a produção musical maranhense e intervenções artísticas promovendo o (re) conhecimento da cidade a partir de itinerários temáticos (SÃO LUIS, 2013);
- Projeto Informante Anfitrião - promovido pela Prefeitura, através da parceria contributiva entre a Secretaria Municipal de Turismo e a Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS, tendo em vista propiciar a adolescentes, idosos e pessoas com deficiência atividades laborais e de formação complementar ligadas diretamente ao turismo, assegurando-lhes condições de desenvolvimento de

habilidades, através de aproximações sistemáticas com a dinâmica do mundo do trabalho no setor do turismo (SÃO LUIS, 2013);

- QUALITUR - engajada no princípio na boa hospitalidade propõe o Programa de Qualificação para o Turismo, visando contribuir para a melhoria da qualidade na prestação de serviços e atendimento aos turistas que visitam São Luís, através da realização de campanhas capacitação e sensibilização turística por meio de cursos e palestras sobre temáticas ligadas ao turismo e ao fortalecimento da autoestima maranhense (SÃO LUIS, 2013);
- Conhecendo a minha cidade – Também, baseado no princípio da boa hospitalidade, objetiva criar um sentimento de pertencimento daqueles que trabalham para o turismo do município. As ações contempladas são: visitas técnicas guiadas pelos atrativos históricos, culturais e naturais da cidade, bem como palestras, minicursos e demais atividades que venham acrescentar conhecimento e desenvolvimento da autoestima dos servidores (SÃO LUIS, 2013);
- Projeto Turismo Náutico - uma proposta de estimular o aproveitamento dos recursos naturais de São Luís, através da prática do turismo náutico pela orla marítima da cidade (SÃO LUIS, 2013).

Além desses projetos, que na essência certamente trarão contribuição valiosa no implemento do turismo em São Luís, há outros ainda que integram a agenda de feitos da SETUR, cujo propósito maior é o desenvolvimento do turismo como instrumento de gestão no uso dos recursos naturais, culturais, históricos e paisagísticos. (art. 5º da Política Nacional de Turismo Brasil, 2008).

3.1 Cursos superiores x área de atuação

Para se falar do profissional do turismo, é preciso primeiramente discorrer sobre a educação do Brasil, fazendo um breve histórico. Afinal, a preocupação em relação à educação no Brasil chegou junto com a família real, pois só depois que o Império de fato chegou ao Rio de Janeiro que se começou a pensar em educação na “colônia”, as pessoas que já aqui habitavam não tinha nenhum hábito de leitura, ou estudo do modo mais genérico possível, a não ser o clero. A imprensa,

descoberta em 1445, só chegou ao Brasil em 1808, o jornal até a época era impresso em Londres e reenviado. (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

A educação só foi permitida para o Brasil devido à coroa portuguesa começar a ver a importância dela como um instrumento de perpetuação de sua existência, para manutenção e aumento do domínio no país. Devido a isso a educação no Brasil desde o início tinha um objetivo instrumental, não há uma ideia de educação, nos termos em que se entende hoje; não existia uma finalidade em si mesmo. A educação servia como um meio a serviço do crescimento econômico, além de ter um papel no processo de modernização do país (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Somente após a independência é que o Brasil tem a “obrigação” de cuidar da educação do brasileiro. Havia uma pressão enorme para criação de um plano político voltado à educação, pois não se concebia uma nação sem regras voltadas a esse aspecto, porém se antes se tinha a desculpa de país/colônia, agora com a emancipação política havia confusões entre legislações e condições reais para concretizar tais propostas, embora se tivesse justificativa na importância da criação de escolas nos projetos da nação independente, o contexto histórico do Brasil livre não era o mesmo que os outros países da Europa que já tinham passado pelas revoluções burguesas. (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004)

O modelo de universidade implantado, desde o início é completamente diferente do sistema europeu, e esse conceito ainda perdura por todo o século XX. (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Lopes (2000 apud BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004) ressalta que na década de 1930 seria dada grande ênfase à educação superior como forma de qualificação profissional “para viabilizar o projeto industrializante”. O que ele quis dizer com isso é que mesmo sabendo que a ciência e a tecnologia estavam colaborando com o resto do mundo em relação à industrialização, porém no Brasil havia um movimento diferente, pois o social sempre foi submetido ao econômico.

A universidade no Brasil não era humanística, havia um isolamento social, as universidades eram voltadas às elites dirigidas, tinha a visão para estudo ocioso, completamente diferente da visão humanística que se tinha na França da época. Essa visão humanizada vai se apresentar somente na Universidade de São Paulo (UPS) que foi completamente destruída na época da ditadura e seu capital intelectual todo exilado, pois “pensar” incomodava. (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Há uma reforma no ensino superior no ano de 1968, uma reforma que é ligada aos Estados Unidos, reforma essa que vem para suprir as necessidades do mercado capitalista. A universidade, a partir dessa nova estruturação, diz que o mercado é que vai determinar a necessidade de mais universidades, a mão de obra barata e pouco qualificada era farta, agora se precisava de uma mão de obra mais refinada, especialista; com isso o que interessa é um modelo de universidade mais voltado ao mundo do trabalho e não a pensamentos filosóficos, como era anteriormente que tinha como objetivo o estudo do ócio (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Essa reforma universitária é impulsionada pela classe média, pois é a que não tem dinheiro para mandar seus filhos para estudar no exterior, além de ser esta a classe que precisa dar continuidade aos pequenos empreendimentos, ao pequeno capital para futuramente conseguir um lucro (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Esse movimento de ingresso na universidade, a partir dessa reforma, só vai ganhando mais importância por toda essa questão que agora é envolvida, o ingresso em uma universidade funciona como um ritual de passagem, o diploma universitário propicia novas chances de vida a esses estudantes. É com esse papel que o universitário pode conseguir dinheiro, poder e ser realmente “alguém na vida”.

Partindo dessas premissas é que surgiram os primeiros cursos voltados à formação dos bacharéis em turismo. Segundo Barreto, Tamanini e Silva (2004), estudar turismo pode ter duas interpretações. A primeira é estudar num curso de turismo e a segunda pode ser a de estudar o fenômeno turístico por outros olhares. Segundo a mesma autora, o profissional do turismo é polivalente, pode tanto trabalhar como garçom como ser secretário de estado, ela explica que é uma área em que o profissional deve estar preparado para simplesmente fazer, e sempre estar pronto para tal.

A organização mundial do turismo (OMT) atesta:

[...] [que] o turismo apresenta uma grande diversidade e heterogeneidade de atividades que dificultam o tratamento conjunto(...). Isso também repercute no aspecto formativo. As ações devem ramificar-se de forma a marcar as diferenças entre as atividades, embora a partir de uma ideia conjunta e coesa do setor. (OMT, 1995, p. 46 apud BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004, p. 38).

Frente à afirmação de que o Bacharel em turismo pode ocupar funções tão diversas como garçom e ou secretário de estado, urge que se revejam as

possibilidades dessa flexibilidade ou polivalência como insinua a autora. (BARRETO; TAMANINI; SILVA 2004).

Por que isto acontece? Sem dúvida por ser este profissional semelhante a tantas outras funções sociais, que acabam por desqualificar a prestação de serviços contratados em ficar ou permanecer numa situação degradante de luta pela sobrevivência, sem atentar para o potencial que dispõe e que pode ser voltado para o Turismo. Em vez disso, atendendo as exigências empresariais, deixam de lado a especialização horizontal, para assumirem sem constrangimento operações outras que poderiam ser efetivadas por técnicos de nível médio, tais como: atendimento na central de reservas, recepcionista de hotel, ou até mesmo mensageiro, funções estas que podem ser plenamente exercidas por técnicos em turismo e não por bacharéis em turismo. (BARRETO; TAMANINI; SILVA, 2004).

Com a promulgação da Constituição de 1988, o turismo foi elevado ao plano maior do ordenamento jurídico brasileiro, impondo a atuação dos órgãos oficiais e das pessoas jurídicas de direito privado. É o que preceitua o artigo 180 da Carta da República, “Art.180 – a União, os Estados, o Distrito Federal, e os Municípios, promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 1988).

Foi assim que surgiram, os eixos norteadores da atividade turística no Brasil:

- a. Turismo como fator de desenvolvimento social e econômico;
- b. Promoção estatal do turismo;
- c. Incentivo estatal do turismo.

Neste ponto, certamente quis o legislador constituinte, identificar o potencial e carência que abrangia o turismo, tornando-o fator de desenvolvimento social e econômico, previsto constitucionalmente, de modo a tornar obrigatório no âmbito administrativo e legislativo a disseminação do turismo, para efetivação do desenvolvimento sócio econômico do país e a oferta do turismo pela administração pública como forma de promoção e incentivo do estado, sem tolher a livre iniciativa ou a livre concorrência, salvo, se autorizado e ainda respeitando os princípios constitucionais, além de tornar viável a expansão do mercado de consumo e de trabalho (BADARÓ, 2008).

3.2 O bacharel em turismo: limites e responsabilidades

Entender o valor atribuído ao turismólogo no contexto social é um desafio complexo, haja vista o pensamento empírico da sociedade que relaciona a atividade turística com o clientelismo elitista de atribuições meramente capitalistas. Até porque, o turismo, geralmente, atende às classes sociais com maiores privilégios em termos financeiros, pôr apresentarem renda suficiente para realizar viagens de lazer (ORMOND, 2009).

No cenário turístico que ora se vislumbra, há um descompasso entre a prática política das instâncias de decisão nos âmbitos: federal, estadual e municipal e órgãos executores das políticas públicas inclusive no que concerne aos aspectos constitucionais.

Com o veto presidencial de três artigos da lei 12.591 de janeiro de 2012 (arts. 1º 3º e 4º), houve um certo apagar do brilho na profissão de turismólogo no Brasil, exatamente no momento em que surgia a esperança acalentada pelos estudantes universitários dos cursos de turismo, vez que eram estes os artigos que amparavam e definiam exigências primordiais para o exercício desta profissão. O primeiro deles exigia o diploma e seu respectivo registro em órgão competente. Com esse perfil, o profissional deveria atender às exigências mutáveis do mercado, impulsionando inclusive todos os que, mesmo sem curso superior, encontrassem-se atuando na área há pelo menos cinco anos ininterruptos, desde que buscassem especializações para à adaptação do novo contexto turístico. (GOVERNO REGULAMENTA..., 2012).

O artigo 3º fazia exigência do registro em órgão federal competente a partir da comprovação da conclusão de cursos superiores de turismo, hotelaria ou similares, ou do exercício das atividades de turismólogo com carteira de trabalho expedida por órgão competente, enquanto o artigo 4º exigia que a comprovação do exercício da profissão fosse efetivada em 180 dias a partir da publicação da lei (GOVERNO REGULAMENTA..., 2012).

O pretexto para justificativa dos vetos da presidente situou-se em torno do artigo 5º inciso XIII da Carta Republicana “que assegura o livre exercício de qualquer trabalho ofício ou profissão, cabendo a imposição de restrições quando houver

possibilidade da ocorrência de algum dano à sociedade”. (GOVERNO REGULAMENTA..., 2012).

Nesse contexto, em que se baseia a presidente para vetar a exigência de qualificação ao profissional de turismo, pode-se demonstrar também que na prática são inúmeros os danos causados à sociedade pela má prestação de serviços na área de turismo exatamente por pessoas desqualificadas.

A mídia, por exemplo, tem divulgado frequentemente os descasos em relação aos turistas que visitam o país. São comuns os assaltos e sequestros a turistas. Recentemente, o noticiário veiculou que um turista morreu devido à falta de qualificação técnica de um operador turístico. O fato aconteceu em março de 2012 em Águas de Lindóia, interior de São Paulo, quando se registrou o óbito de um turista que fazia Tirolesa. Segundo os ditames da Lei 12. 591 nesse caso específico, não houve nenhuma infringência, pois quem operava a atividade não era um turismólogo, portador de diploma reconhecido pelo MEC, mas sim o sobrinho de um vereador da cidade (PANORAMA do turismo, 2012).

Fatos como esse, demonstram danos causados a sociedade refletida na morte de um ser humano por irresponsabilidade dos Legisladores, que através da Lei, regulamenta o ilegal. Como deixar uma pessoa do povo sem conhecimento técnico ou teórico manipular a segurança da vida de outras pessoas?

Em vez de quebrar barreiras para ultrapassar os velhos paradigmas do senso comum que sedimentam a profissão do turismólogo como aquele que “só viaja”, a presidente legitimou ainda mais tais paradigmas, nivelando-os ao saber empírico de forma injustificável. Para maior desprestígio ainda tentou consolidar os vetos amparando-se na letra fria da lei da Constituição de 1988.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer [...].

O fato é que, todos os setores ligados ao *trade* turístico não atentaram à relevância dos tais vetos à época, deixando de posicionar-se em manifestações públicas capazes de sensibilizar, sobretudo os profissionais de turismo mais diretamente afetados na ocasião. As poucas vozes, que se fizeram ouvir, foram silenciadas por não encontrar eco junto às próprias Universidades que administravam os cursos de turismo. Disso resultou um grande desalento além, do

inconformismo gritante ou da própria acomodação que impera no meio universitário dos cursos de turismo que ainda se arrastam nas faculdades e universidades espalhadas pelo país (GOULART et al., 2003).

A pesquisa de Gomes, Rosa e Serejo (2010), mostra que no Estado de Minas Gerais até a década de 1990 só existia um curso de nível superior na área. Anos depois, criou-se uma porção deles o que representa um aumento de 11,33% em instituições públicas e 88,67% em instituições privadas num curto espaço de tempo. Em 2008, o mesmo autor aponta o fato de mesmo os cursos recém-criados muitos já se encontravam em processo de fechamento pelas dificuldades enfrentadas dentro das instituições por não conseguirem formar turmas com o número mínimo de alunos. Deve-se ressaltar que esse problema não foi observado nas instituições públicas, o autor afirma que essa é uma realidade que se repetia em todo o país.

Essa situação de redução dos cursos de turismo em todo o país já era esperada, pois, em menos de uma década houve um crescimento vertiginoso com a abertura de mais de 700 novos cursos no Brasil, objetivando atender a demanda de um mercado promissor onde se vislumbrava grandes possibilidades turísticas: dólar equiparado ao real, a formação de uma nova classe média brasileira, o aumento do PIB de 7% para 9% no final da década de 1990 (UFPE) e segundo Lemos, *et al* “o fluxo turístico internacional passou de 160 milhões de pessoas em 1970 para 697 milhões em 2000. No mesmo período, a receita obtida com o turismo internacional evoluiu de US\$ 18 bilhões para US\$ 475 bilhões”. Neste ponto, era preciso fazer um retrospecto e estar condicionado como enfatizam Gastal e Moesch (apud GOMES; RAMOS; SEREJO, 2010, p. 39) “a parar e a (re) olhar, a repensar, a reavaliar, a re-significar não só a situação, o ambiente, as práticas vivenciadas naquele momento e naquele lugar, mas muitas das experiências passadas”.

No momento atual, o turismólogo encontra-se ameaçado em seu lado profissional sem perspectiva de angariar um lugar de destaque na área turística ao sentir-se desamparado pela legislação e sem condições de vislumbrar uma saída capaz de sanar os problemas que enfrentará logo após a graduação, principalmente depois de haver participado de projetos de pesquisa e extensão universitária, visando a ampliação de sua experiência profissional, com uma formação humanística, empreendedora, sociocultural e econômica, cuja aptidão para discutir teorias e ingressar no mercado de trabalho do mundo globalizado é indiscutível.

Assim, apesar da capacitação desse profissional e reconhecido o seu grande diferencial na área turística, quase nada vislumbra frente aos impactos de que tem sido vítima ao longo de sua vida acadêmica, impactos esses que podem ser citados como a falta de oportunidade de emprego e reconhecimento da profissão escolhida. (GOULART, et al., 2003).

Muitas foram as variáveis enfrentadas em busca de uma formação superior para atender às exigências do mercado turístico, como citam a seguir Lage e Milone (2000, p. 48, apud GOULART, et al., 2003, p. 272).

O turismo exerce grande atração como futuro (e atual) campo privilegiado de trabalho. Só é preciso desfazer os mal entendidos, sanar o desconhecimento e combater os preconceitos para que a sociedade e o mercado possam desfrutar plenamente de um dos campos mais fascinantes para se trabalhar e se divertir.

Não se pode desconhecer as competências, atitudes, habilidades (CHA) e conhecimentos multidisciplinares indispensáveis à formação acadêmica do bacharel em turismo, no exercício de sua profissão. É dessa forma que surge a cultura empreendedora, fomentada pelas universidades e mais especificamente no Maranhão pela Universidade Federal, que também é construtora de novos paradigmas para o turismo. (Timmons apud GOULART, et al., 2003).

Timmons (apud GOULART, et al., 2003, p. 275) afirmam que: “o Empreendedorismo é uma revolução silenciosa, que será para o século 21 mais do que a revolução industrial foi para o século 20”. Para Fillion (apud GOULART, et al., 2003, p. 275) “um empreendedor é uma pessoa que imagina, desenvolve e realiza visões”. Necessita-se desconstruir a ideia de que empreendedorismo é somente ter o negócio próprio; empreender é ter criatividade, é ser agente de mudanças e mais do que isso é sair do comodismo, instigar, inovar e criar características empreendedoras.

Trigo (1998, p. 177) afirma que “não é fácil mudar a cultura vigente acomodadas diante das situações cotidianas mais simples, que dirá em questões mais complexas que exige coragem e persistências”. Esse pensamento se encaixa perfeitamente a atividade/profissão do turismo, afinal exige um empreendedorismo extremo, pois sair do conforto de sua casa para enfrentar o desconhecido não é todo ser que encara isso de uma forma positiva, então essa atividade já em sua essência encontra grande barreira, imagine a barreira que um profissional encontrar em optar por viver em uma área o qual não tem regulamentação perante a lei, apesar disso as

empresas que contratam tais profissionais, exigem mais, pois além de dominar a tecnologia, ter um conhecimento mais técnico, saibam também ter uma visão clínica e periférica para atender às necessidades do cliente, possam sem estar identificando oportunidades e buscar meios para alcançar tais.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A profissão do bacharel em turismo assim como a atividade estudada pelo mesmo é recente, quando se observa um estudo histórico relacionando publicações e conceituações sobre o tema.

O presente capítulo apresenta sobre como foi organizada a pesquisa, o universo utilizado pela mesma, como foi feito a coleta de dados, além de apresentar alguns empecilhos encontrados na aplicação e tabulação dos questionários.

Um dos fatores que determinou a presente pesquisa foi: investigar por que uma atividade não tão antiga como a do bacharel em turismo, mas que consegue envolver diversos setores da atividade econômica não é valorizada pela sociedade de um modo geral. O objetivo do trabalho geral centrou-se na investigação da sociedade civil organizada de São Luís acerca da informação da mesma a respeito das atribuições do bacharel em turismo.

Esse estudo é dividido em diversos tipos de pesquisa como pode ser visto a seguir.

4.1 Tipo de pesquisa

Atualmente, pela globalização e agilidade na interação *online*, foi escolhida pela autora a coleta através de aplicação de entrevistas e questionários de opinião, enviados via correio eletrônico incluindo também, algumas visitas às associações e sindicatos, como associação de moradores do bairro da areinha, sindicato dos taxistas, sindicato dos professores (SINPROESEMMA) dentre outros, o período de realização foi entre os meses de junho e julho conforme o cronograma definido no projeto monográfico.

Aplicou-se um questionário junto aos representantes das associações, contendo 16 perguntas de múltipla-escolha e dissertativas, abertas e fechadas. (APÊNDICE A).

Na fase final, os questionários, bem como suas devidas respostas foram incorporados à monografia na forma descritiva e de gráficos, por meio dos quais foram explanados questionamentos e teses quanto aos dados, com a finalidade de compreender o conhecimento dos representantes da sociedade civil organizada.

4.2 Universo e amostra

Segundo registros do Ministério Público (MARANHÃO, 2012), há em São Luís, 162 Associações Cíveis registradas, dentre elas sindicatos, clubes, associações, centros, grupos comunitários, união e grêmio. Foi usada uma amostra de 30% desse total de associações o que totalizou 48 entrevistados.

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo, com um caráter qualitativo, para interpretação de dados.

4.3 Limitações da pesquisa

Algumas limitações foram encontradas no decorrer da aplicação dos questionários. Vale esclarecer, por exemplo, que o primeiro site a hospedar a pesquisa(<https://www.onlinepesquisa.com>), apresentou alguns problemas depois de algum tempo de publicação. Buscou-se a solução do impasse suporte técnico do mesmo, mas foram em vão os esforços. A solução encontrada então foi mudar de site que agora era no próprio domínio do *Google*, uma ferramenta chamada *Google Drive*, embora um fato lamentável tenha ocorrido, pois não se conseguiu entrar em contato com as associações que já haviam respondido o questionário para que repetissem o processo, pois as respostas tabuladas tinham sido perdidas pelo site anterior. Dessa forma, a pesquisa foi prejudicada diminuindo o número de pesquisados (47) que na proposta inicial devia cobrir um percentual de pelo menos 30% abrangendo um total de 44 entrevistados.

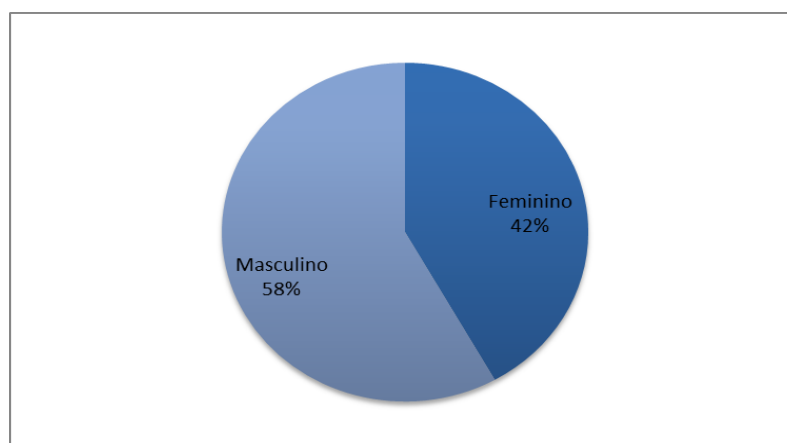
Além disso, muitas associações respondiam os questionários de forma incompleta deixando perguntas sem resposta e até respondendo coisas que não se encaixavam ao tema, dificultando assim a tabulação de resultados mais precisos.

A reflexão acerca da coleta de dados segue abaixo, através de dissertação e apresentação de gráficos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O questionário foi dividido em duas sessões; a primeira delas traça o perfil do entrevistado, o que pode ser visto no gráfico 1, que mostra 58% são do sexo masculino.

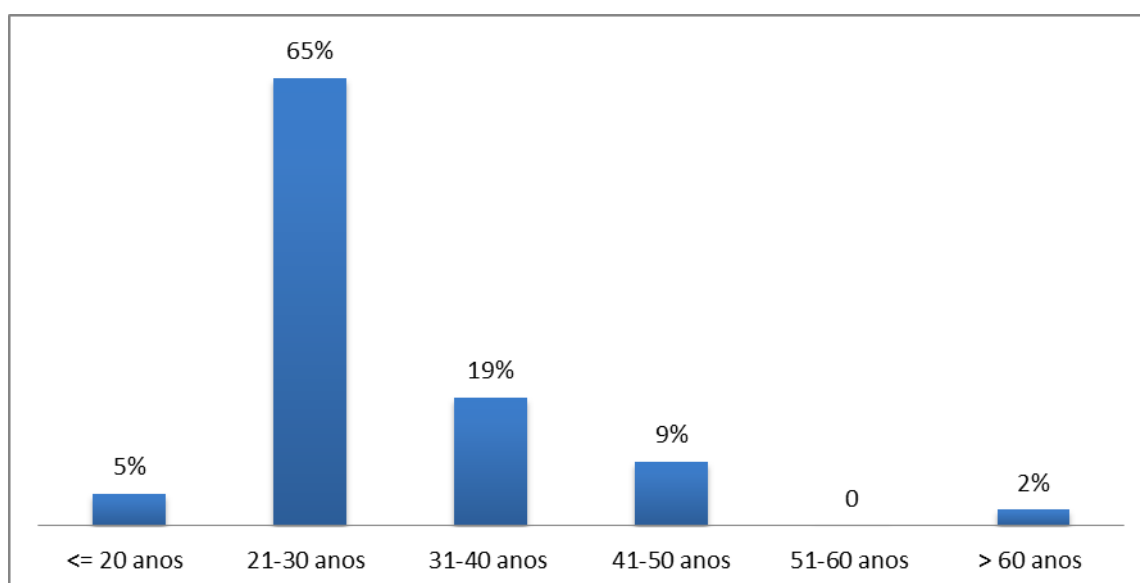
Gráfico 1 - Gênero dos entrevistados.



Fonte: Produção da autora.

O perfil etário situa-se entre 21 – 30 anos (Gráfico 2);

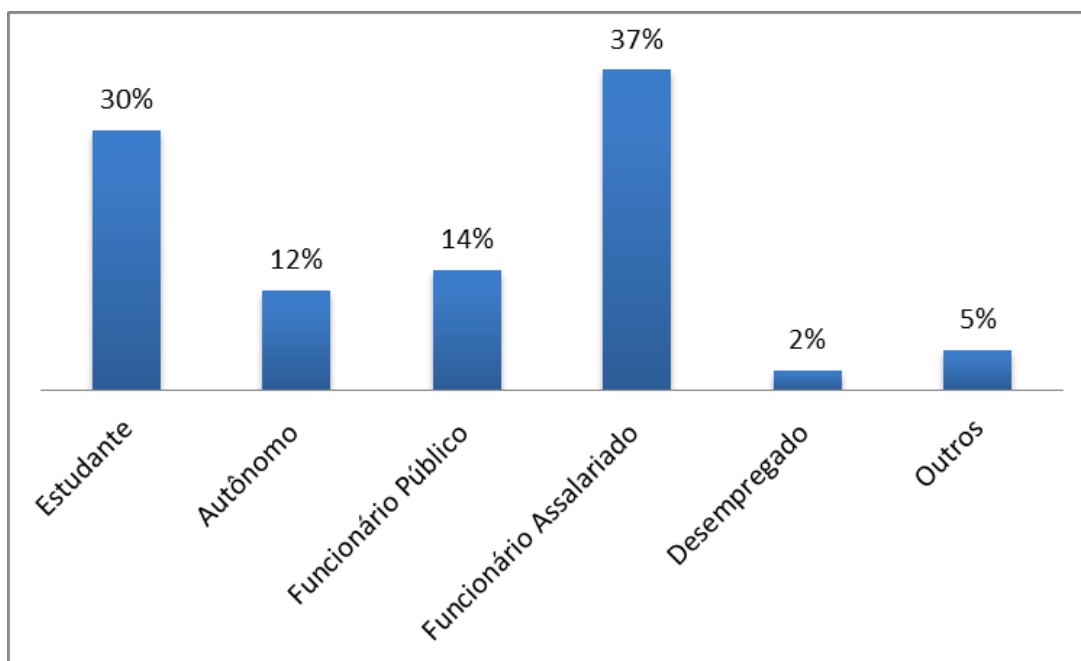
Gráfico 2 - Faixa etária.



Fonte: Produção da autora.

E em sua maioria são estudantes e ou funcionários assalariados, com a representação de 67% (Gráfico 3).

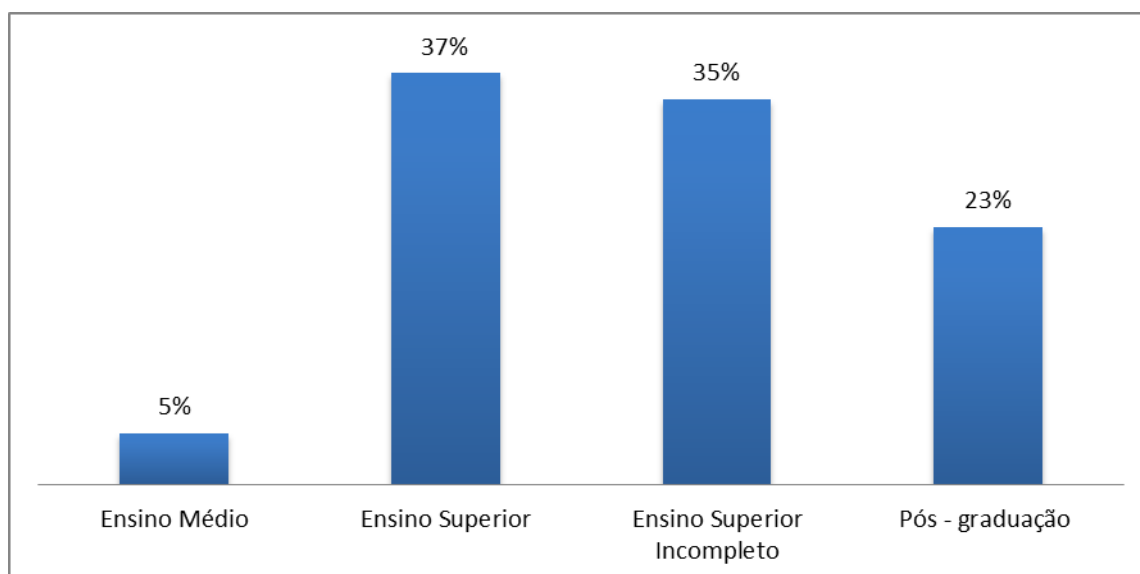
Gráfico 3 - Ocupação atual.



Fonte: Produção da autora.

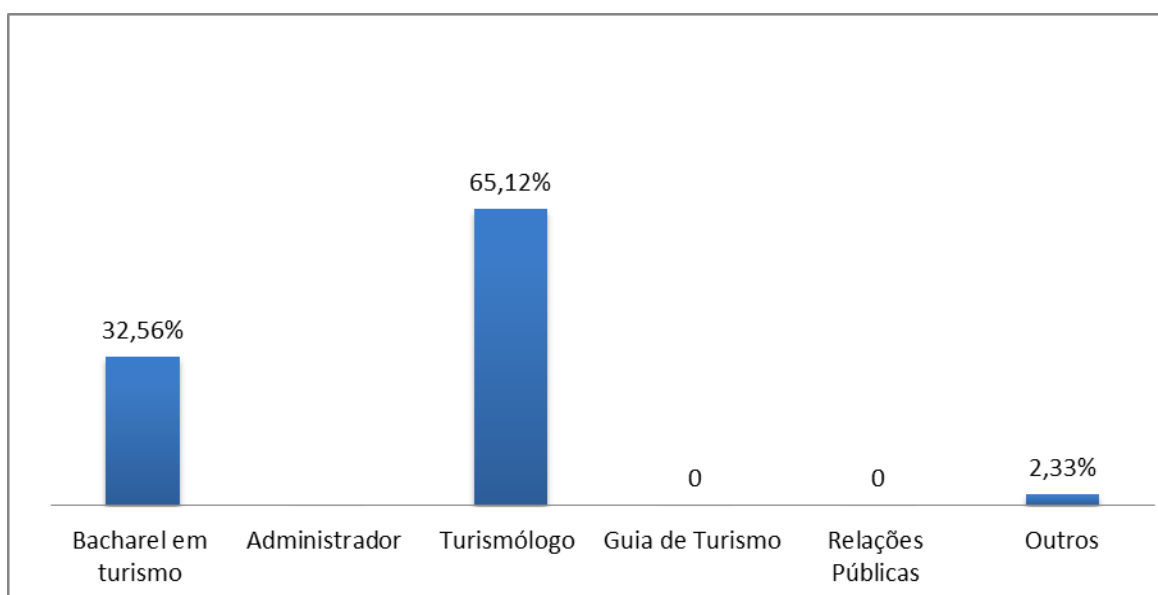
O público entrevistado tem um nível de escolaridade alto (Gráfico 4), sendo 72% com ensino superior e 23% com pós-graduação.

Embora os resultados revelem um nível de escolaridade alto, na identificação da nomenclatura dos profissionais de nível superior e técnico de turismo houve uma pequena confusão como pode ser constatada nos gráficos 5 e 6, valendo citar também nesse campo que o estudo realizado por Bolson (2005), aponta que de 586 universitários entrevistados, muitos deles não souberam responder qual a nomenclatura para o profissional de turismo de nível superior.

Gráfico 4 - Nível de escolaridade.

Fonte: Produção da autora.

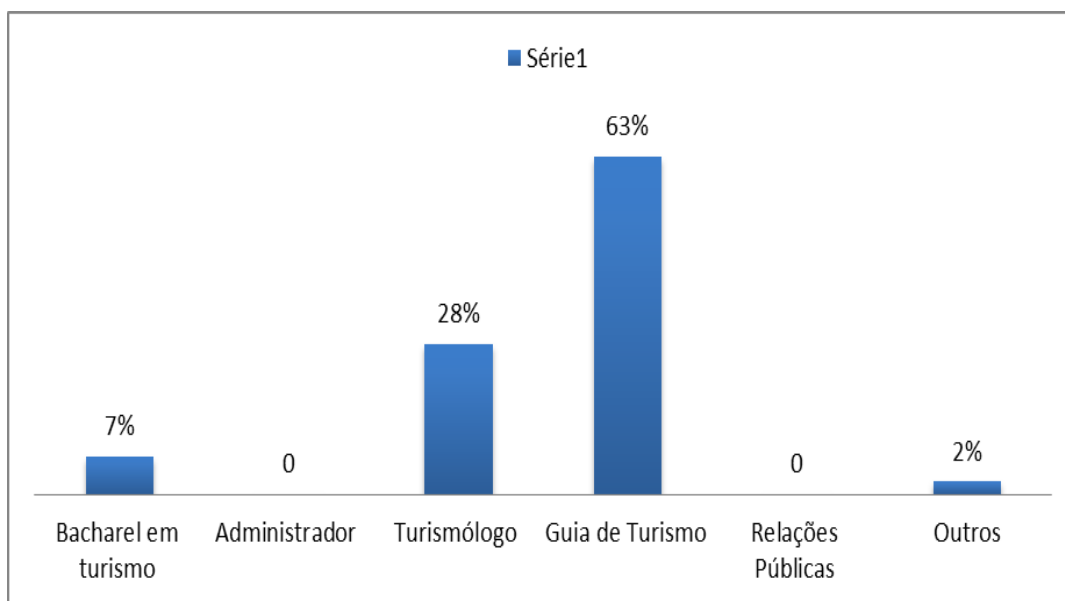
Ainda no gráfico 5 vale ressaltar que foram colocados duas respostas corretas, justamente para causar ao entrevistado uma curiosidade e ou certa dúvida, e foi observado que apesar de Turismólogo ser um termo relativamente novo adotado para profissionais que se graduam no curso de bacharel em turismo, 65,12% apontou sendo a resposta correta.

Gráfico 5 - Nome do profissional de nível superior formado em turismo.

Fonte: Produção da autora.

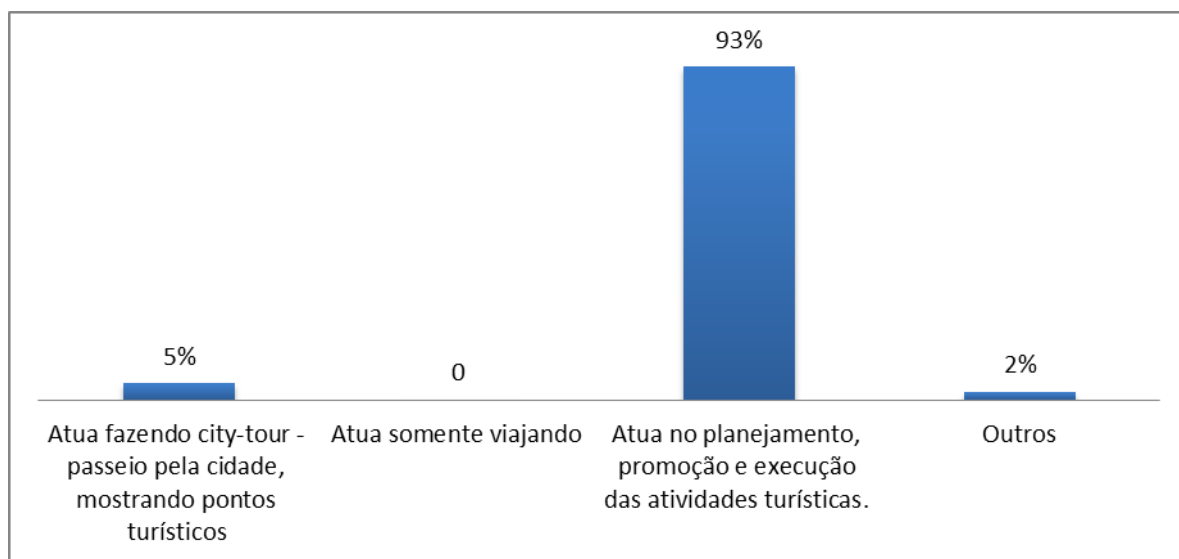
No gráfico 6, pode se observar que as pessoas também souberam a titulação para o profissional de turismo em nível técnico com 63% de respostas corretas, porém ainda um percentual considerado alto de 28% apontou o termo Turismólogo também para denominar o profissional de nível técnico o que acaba mostrando que as pessoas ainda tem uma tendência a confundir esses profissionais.

Gráfico 6 - Nome do profissional de nível técnico em turismo.



Fonte: Produção da autora.

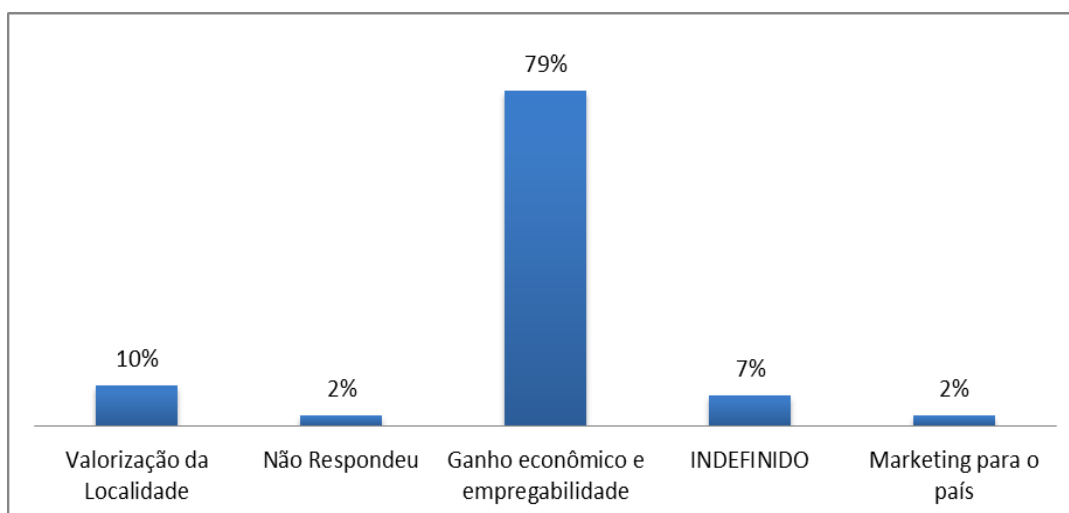
. Conseguiu-se identificar exatamente o campo de atuação do profissional de nível superior em turismo apesar da confusão identificada nos gráficos anteriores (gráficos 5 e 6), de modo que 93% (Gráfico 7) dos entrevistados mediante as opções apresentou a alternativa correta como referente às responsabilidades do profissional de nível superior, pois como é definido pelo órgão regulador da categoria o profissional o bacharel em turismo tem a responsabilidade e competência de planejar, promover e executar as atividades turísticas de uma localidade.

Gráfico 7 - Campo de atuação de um profissional de nível superior em turismo.

Fonte: Produção da autora.

Os dados apontam que 100% dos entrevistados afirmam que em sua opinião o turismo é importante para a economia. Ao se perguntar por que ele é importante as respostas, em sua maioria, relacionam o fato ao ganho econômico e empregabilidade (Gráfico 8) o que corrobora o estudo da FECOMERCIO com dados da OMT ao demonstrar que de 1999 a 2010 o turismo gerou um aumento de receita de 48% em média; só em 2010 teve um receita de 919 bilhões de dólares.

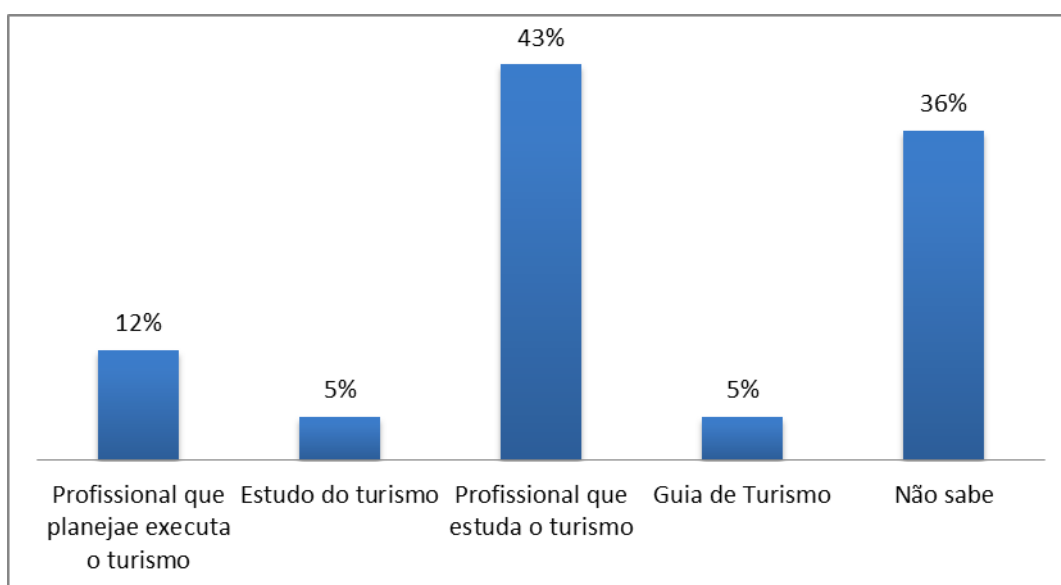
Segundo dados da mesma organização, o fluxo internacional de turistas no mundo chegou a 935 milhões de viagens em 2010, o que deixa claro como essa atividade é importante e está envolvida com a economia de uma forma geral. (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Importância do profissional de turismo para o país.

Fonte: Produção da autora.

Apesar de entenderem a importância que essa atividade tem para a economia, os entrevistados não conseguiram discernir o nome do profissional responsável por trabalhar na área como foi mostrado em dados anteriores (Gráfico 5 e 6) e quando se perguntou o significado do termo *turismólogo* obteve-se uma resposta questionável; afinal, um profissional que possui importância para a economia, desenvolvimento e empregabilidade (Gráfico 8) de uma região não é conhecido de fato pela sociedade. A pesquisa aponta que apesar da maioria saber que se trata de um profissional que estuda o turismo, 36%, número elevado, não sabe o que o termo significa (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Significado da palavra *Turismólogo*.



Fonte: Produção da autora.

Na análise das respostas (Gráfico 10) não é sentida a necessidade que as crianças aprendam sobre a importância do turismo na educação infantil. Conclui-se, portanto, que os sujeitos da pesquisa não conseguem entender a importância e o significado da disseminação desse conhecimento na educação das crianças como forma de preservação cultural e atividades lúdicas envolvendo o sentimento de pertencimento de seu patrimônio (material e imaterial). Segundo Gagné (apud RAYKIL; RAYKIL, 2005) “Turismo pedagógico possibilita a aplicabilidade e verificação dos conceitos supracitados uma vez que os componentes do ambiente da aprendizagem que dão origem à estimulação para o aluno”.

Raykil e Raykil (2005, p. 7) reafirmam ainda que:

Turismo Pedagógico busca oferecer aos estudantes a oportunidade de aprender na prática o que foi visto nos conteúdos abordados em sala de aula. Por meio da utilização desse mecanismo facilitador no processo ensino - aprendizagem o que mais chama a atenção é a possibilidade de se trabalhar efetivamente a interdisciplinaridade.

Gráfico 10 - Importância do aprendizado sobre Turismo na escola.



Fonte: Produção da autora.

Em relação à questão das competências do bacharel em turismo, os entrevistados em sua grande maioria (56%) (Quadro 1), não responderam. Isto revela o desentendimento das pessoas acerca da formulação da questão. Neste caso, deixou-se de aperfeiçoar os resultados em decorrência do descaso dos sujeitos que preferiram deixar em branco, portanto, sem resposta uma questão de vital importância para análise desse estudo. Observa-se que o despreparo ou desconhecimento acerca das competências do bacharel em turismo ainda se constitui uma incógnita para grande parte da população.

Dos 44% de sujeitos entrevistados que conseguiram responder a essa questão (Quadro 1), 60%, classifica como a competência mais importante para o bacharel em turismo ser o guiamento, isso deixa claro a confusão da sociedade entre os profissionais de nível técnico e superior.

Um dos motivos para essa confusão deve ser atribuído ao fato de que o guia de turismo é reconhecido perante a lei nº 8.623 de 28 janeiro de 1993. Isso já quer dizer muita coisa, pois, tal profissão já tem mais de 20 anos de reconhecimento, além de possuir discussões mais abrangentes sobre esse profissional.

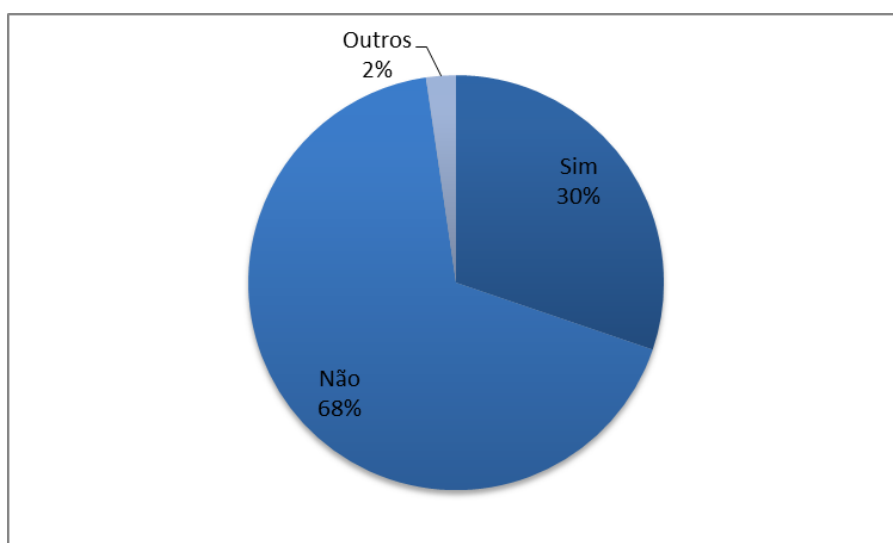
Quadro 1 - Classificação das competências do bacharel em turismo.

CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DO BACHAREL EM TURISMO						
	5 (+ importante)	4	3	2	1	0 (- Importante)
Guiamento	10%	10%	0	10%	10%	60%
Formação	11%	11%	0	22%	56%	0
Pesquisa	0	22%	11%	56%	11%	0
Planejamento	38%	13%	25%	13%	13%	0
Capacitação	27%	36%	18%	9%	9%	0
Consultoria	20%	10%	40%	0	10%	20%
NÃO RESPONDEU	56%					

Fonte: Produção da autora.

Para uma das últimas questões (Gráfico 11), concluiu-se que os entrevistados de modo geral, apesar de saberem da existência do profissional que cuida do turismo não conseguem traçar um perfil para o mesmo. Assim, percebeu-se que 68% deles desconhecem qualquer tipo de publicação sobre vagas para cargos públicos na área de turismo, o que por si já é suficiente para demonstração da falta de políticas públicas voltadas para este profissional. Embora haja no Brasil autorização federal para criação de muitos cursos superiores nessa área, e um Ministério específico para traçar “políticas públicas” de turismo, este não consegue criar vagas para absorver os profissionais que estão saindo das universidades todos os anos.

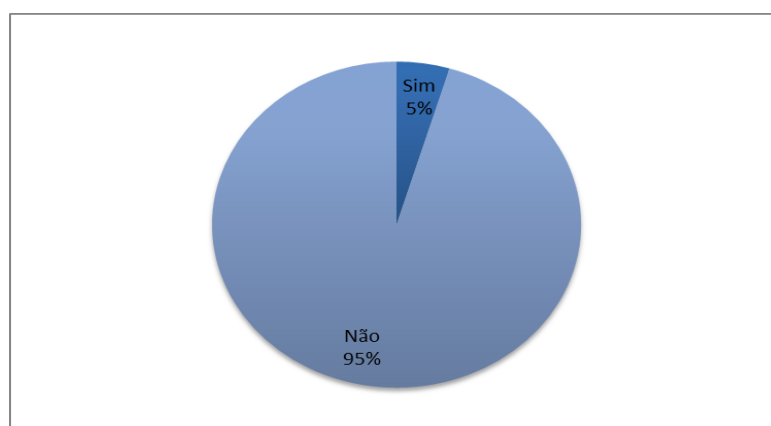
Gráfico 11 - Conhecimento da existência de vagas para cargos públicos na área de Turismo.



Fonte: Produção da autora.

Em relação ao gráfico 12 da pesquisa, 93% dos entrevistados não sabe informar sobre a existência de lei que regulamenta o profissional de turismo. Confirmou-se, portanto, a hipótese levantada inicialmente acerca do não reconhecimento do bacharel em turismo como necessário para o mercado de trabalho bem como para a sociedade. Esse desconhecimento envolve praticamente todas as classes sociais, apontando para a falta de percepção sobre os limites e abrangências das atividades inerentes ao turismólogos.

Gráfico 12 - Grau de informação sobre a existência de uma regulamentação para o Profissional de Turismo.



Fonte: Produção da autora.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acadêmicos de turismo de todo o país precisam debater a reforma política na área de turismo, proposta pela presidente Dilma Rousseff ao promulgar a lei nº 12591-12, por haver sido responsável pela “morte simbólica” da profissão de Turismólogo ou do bacharel em turismo.

Essa lei foi feita por meio de proposição com trâmite legal e aprovação de 2/3 dos parlamentares na Câmara e no Senado. No entanto, a presidente Dilma em seu veto feriu exatamente os artigos que deixavam a profissão de Turismólogo a salvo.

Essa possibilidade existe na legislação justamente para dar segurança jurídica ao País. Portanto, pode ser vista como um descompasso contra a Constituição de 1988. Toda decisão política para ser democrática deve se auto reciclar, permitindo que o debate de ideias e a reformulação de seus procedimentos sejam pensados, consultados, e finalmente submetidos à apreciação dos interessados. O debate não pode permanecer no âmbito dos gabinetes. Necessita ser democratizado entre os que escrevem, questionam e incomodam.

A política de turismo deve ser enfrentada por quem tem conhecimento, qualificação teórico-prática e preparo para o desempenho da profissão de Turismólogo.

O que se necessita efetivamente é de reformas que aperfeiçoem o turismo no Brasil e torne mais saudável a vida das pessoas e não uma lei como esta que nenhuma contribuição positiva trouxe à nação ou sequer ao turismo.

Nas instituições acadêmicas onde ainda se rastejam alguns cursos de turismo, há um grupo que está vendo a lei com grande perplexidade, pois se considera tudo feito de forma arbitrária e contra os interesses dos profissionais da área que agora se sentem desalentados e dispostos a buscarem um novo espaço de trabalho na sociedade. Para os que se encontram já no final do curso, representou uma grande “traição”, um desrespeito à profissão para a qual se está buscando a graduação.

A meta é corrigir algumas propostas e pressupostos inconsistentes, bem como, sugerir o acréscimo de medidas necessárias para que não se continue cometendo erros no caso do turismo.

Em razão dos equívocos e desconhecimentos presentes na lei em estudo que explicita o "Plano Nacional de Turismo elaborado pelo Partido dos Trabalhadores", espera-se que todos acertem e seja possível desenvolver uma política que atenda às necessidades da classe trabalhadora no campo do lazer e turismo.

É importante sinalizar novos caminhos para que possamos desenvolver uma verdadeira política que atenda às classes populares dando-lhes a dignidade de poder usufruir das atividades de lazer e turismo no território nacional. Por isso, sente-se no direito de questionar e sugerir para poder melhor encaminhar o desencadeamento de uma política de turismo para o Brasil.

Diante das considerações apresentadas do decorrer do presente trabalho, chegou-se às seguintes conclusões:

1. Os acadêmicos de turismo no final do curso que abraçam com todo o entusiasmo, nutrido ao longo de quatro anos de curso, nos textos, aulas, eventos, a ideologia pregada por profissionais completamente apaixonados por sua profissão e que conseguiram transparecer todo esse sentimento em suas palestras, demonstrações práticas, vídeos, visitas técnicas, viagens, estudo de extensão, na empresa júnior (LABOTUR), no Núcleo de Pesquisa (NPDTUR), na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) convivendo com o momento histórico do desprestígio e banalização da profissão pelo chefe de estado maior, permanecendo inertes, embora indignados, mas nada fazendo de concreto que pudesse mudar os rumos dessa lei que considerada um desrespeito. Neste ponto, pergunta-se: Para onde vão, os turismólogos do futuro? Como aceitar indiferentes a lei que se esquivava da responsabilidade de disseminar o verdadeiro papel do turismólogo para permitir que uma pessoa do povo, sem qualificação específica, sem estudos avançados e sem conhecimento teórico da atividade turística possa igualar-se a esse profissional?!
2. A incerteza quanto aos rumos da profissão do turismólogo no contexto atual, legitimado pela lei 12.591/12, obriga o bacharel em turismo a buscar um novo espaço na tentativa de substituir suas angústias e frustrações por algo significativo que já não é possível vislumbrar no exercício e na prática cotidiana do fazer do turismólogo.

3. A criação de políticas públicas na área do turismo, tornou-se um fardo pesado e sem perspectivas para todos os que se inserem no ensino acadêmico das universidades públicas ou privadas na área de turismo em decorrência do descaso do poder público responsável pelo fechamento de grande número de cursos de turismo no Brasil. Não há mais pessoas interessadas pela profissão de turismólogo devido a um futuro inseguro e incerto. (REFERÊNCIAS..., 2010).
4. Urge que os bacharéis em turismo de hoje congreguem esforços no sentido de ultrapassarem, visões imediatistas e tecnicistas, situadas em torno do estudo do turismo e que vem se multiplicando nos meios acadêmicos. É preciso que o turismo seja percebido como uma ciência que congrega dimensões do mundo do trabalho, de vez que o fenômeno turístico com suas ramificações teórico-pedagógicas, seja discutido como ciência, já que no mundo acadêmico, vem sendo alimentado por uma visão utilitarista. (SANTOS FILHO, 2006).

Diante do universo de ideias aqui analisadas muitas seriam as razões a serem invocadas em nome do Turismo para posicionar contra as mudanças trazidas pela lei 12591/2012 condensando-as nas proposições a seguir:

- Através do presente trabalho, procurou-se demonstrar que a sociedade não reconhece a importância do papel do turismólogo e embora até saiba da necessidade desse profissional no mundo de hoje grandes são as dificuldades que impedem a conquista de um lugar digno para a profissão, sobretudo pelos descasos do legislador e até da presidente da República, que num claro posicionamento de “ignorância”, limitou-se à letra da lei, eivada de razões políticas e desprovida de senso ético, acabou sendo responsável pela morte do profissional de turismo, pelo fechamento de muitas faculdades dessa área e pelo desestímulo que se agigantou nos meios acadêmicos entre os que ansiavam pelo reconhecimento da profissão através da legalização da mesma pela lei.

- Não é compreensível, à luz dos percentuais apresentados pelos resultados obtidos na coleta de dados junto aos órgãos que acabam por representar a sociedade que estão indiretamente ligados às atividades turísticas ou mesmo em função da teoria da razoabilidade, pelas razões demonstradas ao longo do trabalho, a plausibilidade dos três vetos da presidente na lei que deveria por fim aos

preconceitos e legitimar o turismólogo como o profissional responsável pelo incentivo e dinamização do turismo no país.

Do exposto conclui-se que o desconhecimento a cerca da importância do bacharel em turismo, pela sociedade e pelo mercado de trabalho precisam ser enfrentados com garra e tenacidade, como fortes aliados pelos que frequentam as academias de turismo e pela sociedade, disseminando ideias e avanços em relação à necessidade de implementação no ensino básico de estudos introdutórios sobre o turismo, sua importância e abrangência, desde a mais tenra idade de modo a assegurar-se a preservação e manutenção de valores culturais que tendem ao desaparecimento junto com a própria profissão, caso não sejam revistos de forma sistemática as questões relativas a regulamentação (de fato) e a postura política e de mercado referentes ao bacharel em turismo.

REFERÊNCIAS

- ANTAQ. **Plano maior 2020 Maranhão**. Disponível em: <<http://www.antaq.gov.br/portal/pdf/Palestras/ISeminarioInternacional2011/JurandirFerroLagoFilho.pdf>> Acesso em: 18 jul. 2013.
- ANTUNES, Aldir Cavalcante et al. Educação e formação profissional em turismo. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_1/artigo_karlaeleonia.pdf> Acesso em: 20 nov. 2012.
- BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. **Direito do turismo**: história e legislação no Brasil e no exterior. São Paulo: SENAC, 2002.
- BADARÓ, Rui Aurélio de Lacerda. Turismo (Constitucional???!). In: TAVARES, André Ramos. (Org.). **Livro comemorativo dos 20 anos da Constituição da República**. São Paulo: [s. n.] 2008.
- BARRETO, Margarita; TAMANINI, Elizabete; SILVA, Maria Ivonete Peixer da. **Discutindo o ensino universitário de turismo**. Campinas: Papirus, 2004.
- BARRETO, Margaritta. **Manual de Iniciação ao estudo do turismo**. 13. ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BOITEUX, Bayard do Coutto. Os cursos superiores de turismo no Brasil. **Jornal do Brasil**, mar, 2013. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2013/03/12/os-cursos-superiores-de-turismo-no-brasil/>> Acesso em: 27 jul. 2013.
- BOLSON, Jaisa Gontijo. **Bacharel em turismo ou turismólogo?** out. 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=8442>> Acesso em: 27 jul. 2013.
- BOTOMÉ, S. P. Em busca de perspectivas para a psicologia como área de conhecimento e como campo profissional. In: BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Quem é o psicólogo brasileiro?** São Paulo: Edicon, 1988. p. 273-297.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/busca?q=ART.+5%C2%BA+%2C+INCISO+XIII+%2C+II+%2C+DA+CONSTITUI%C3%87%C3%83O>> Acesso em: 23 jul. 2013a.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Dados e fatos**. Disponível em: <http://www.dados.efatos.turismo.gov.br/dadosefatos/home.html>. Acesso em 06 maio 2013b.
- CÁLCULO Amostral. Disponível em: <<http://www.calculoamostral.vai.la/>> Acesso em: 06 maio 2013.
- CARNEIRO, Ana Lúzia Magalhães. **A formação acadêmico-profissional para inclusão social nos cursos superiores de turismo**: dos aspectos socioeconômicos à discussão curricular. 2008. 368 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Católica de São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=8024> Acesso em: 27 jul. 2013.

CONSTITUIÇÃO e o Supremo. Disponível em: < <http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202004> > Acesso em: 22 jul. 2013.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate a pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006.

D'EÇA, Marco Aurelio. **Quem não gosta de carnaval, também não gosta de São João...** <<http://www.marcoareliodeca.com.br/2013/01/22/quem-nao-gosta-de-carnaval-tambem-nao-gosta-de-sao-joao/>> Acesso em: 22 jul. 2013.

ENSINO do turismo e a formação profissional em turismo. **Rev. Turismo**, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/ensinoformacao.html> > - Acesso em: 07 nov. 2012.

ESTATÍSTICAS básicas de turismo Brasil: ano 2012. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/> Acesso em: 02 jul. 2013.

ESTATÍSTICAS e Indicadores - Turismo Mundial. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_indicadores_turismo_mundial/> Acesso em: 02 jul. 2013.

FEITOSA, Âguida Maria da Veiga. **O papel do turismólogo**. Disponível em: <<http://www.projetur.com.br>>. Acesso em: 28 maio 2011.

FERREIRA, Antônio J. de A.; SOUZA, Maria N. X. de. Potencialidades turísticas e limitações político-ambientais em São Luís-MA. In: SOUZA, Maria J. de. (Org.). **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília, DF: Universidade de Brasília; Departamento de Geografia; Ministério do Meio Ambiente. 2002, v. 1, p. 167-178.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. O turismo e a produção do espaço no Estado do Maranhão. 28 de Maio – 1 de junho de 2007. In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 9. 2007. p. 5.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. O turismo e a produção do espaço no Estado do Maranhão. **Rev. Electr. Geog. Y Cien. Sociales**, Barcelona, v. 11, n. 245, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24558.htm>> Acesso em: 25 maio 2013.

GOMES, C.; RAMOS, A. M. O.; SEREJO, H. F. B. Conhecimentos sobre o lazer nos Cursos de Graduação em Turismo de Minas Gerais. **Turismo em Análise**, v. 21, n. 2, ago. 2010.

GOULART, D. F. et al. Profissional empreendedor: um pré-requisito para o mercado turístico. **Turismo: Visão e Ação**, v. 5, n. 3, set./dez., 2003.

GOVERNO REGULAMENTA profissão de turismólogo, mas veta exigências. 2012. <<http://g1.globo.com/concursos-e-emprego/noticia/2012/01/governo-regula-profissao-de-turismologo-mas-veta-exigencias.html>> Acesso em: 23 jul. 2013.

HISTÓRIA dos meios de transportes. Disponível em: http://meios-de-transporte.info/mos/view/Hist%C3%B3ria_dos_meios_de_transportes/>. Acesso em: 07 nov. 2012.

IDH no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/brasil/o-idh-no-brasil>> - Acesso em: 22.11.12

LEMOS, M. L. F.; ROSA, S.E.S da. Os setores de comércio e de serviços. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial07.pdf> Acesso em: 29 jul. 2013.

LIMA, Zelinda Machado de Castro e. **Subsídios para a história do turismo no Maranhão**. São Luis: MARATUR, 1982.

MARANHÃO da gente. Disponível em: <<http://www.maranhaodagente.com.br/>> Acesso em: 10 jun. 2013.

MARANHÃO. Ministério Público. **Lista de Fundações de São Luís - MA**. Disponível em: <<http://www.mp.ma.gov.br/index.php/component/content/article/84-promotorias/promotorias-especializadas/promotoria-de-fundacoes/promotoria-fundacoes-paginas-estaticas/5573-lista-de-fundacoes-de-sao-luis-ma>>. Acesso em: 24 maio 2013.

OMT. World Tourism Barometer. Madri, v. 7, n. 2, junho 2009. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatxstica_e_Indicadores_de_turismo_no_Mundo_-_2009_1__3_.pdf> Acesso em: 02 jul. 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Mundial_de_Turismo> Acesso em: 30 maio 2013.

ORMOND, Fabrício da Silva. **Mecanismos do governo federal e suas respectivas políticas públicas para o fomento do turismo social: repercussão do Programa Vai Brasil no município de Niterói, Rio de Janeiro**. 186 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Curso de Turismo. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009. Disponível em: <http://www.proac.uff.br/turismo/sites/default/files/FABRICIO_DA_SILVA_ORMOND_-_MONOGRAFIA.pdf> Acesso em: 25 jul. 2013.

PANORAMA do turismo. Disponível em: <<http://panoramadoturismo.wordpress.com/2012/05/01/regulamentacao-do-turismologo/>> Acesso em: 28 jul. 2013.

PLANO DE TURISMO do Maranhão é lançado em Congresso. <<http://www.acm-ma.com.br/noticias/227-plano-de-turismo-do-maranhao-e-lancado-em-congresso>> Acesso em: 18 jul. 2013.

PROJETOS em Atuação. Disponível em: <http://www.saoluis.ma.gov.br/setur/frmPagina.aspx?id_pagina_web=735> Acesso em: 22 jul. 2013.

QUEM É O BACHAREL em turismo? Disponível em: <<http://www.abbtur.com.br/abbtur/conteudo.asp?cod=3>> Acesso em: 17 jul. 2013.

QUEM É O TURISMÓLOGO. Disponível em:

<<http://www.turismologos.org.br/p7269.aspx>> Acesso em: 02 jul. 2013.

RAYKIL, Eladyr B.; RAYKIL, Cristiano. Turismo pedagógico: uma interface diferencial no processo ensino aprendizagem. **Rev. Global Tourism**, v. 2, n. 1, 2005.

REFERENCIAIS Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. 2010. Disponível em: <<http://www.dca.ufrn.br/~adelardo/PAP/ReferenciaisGraduacao.pdf>> Acesso em: 02 jul. 2013.

REJOWSKI, Mirian et al. Desenvolvimento do turismo. In: REJOWSKI, Mirian (Org). **Turismo no percurso do tempo**. São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKI, Mirian et al. Desenvolvimento do turismo. In: REJOWSKI, Mirian (Org). **Turismo no percurso do tempo**. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2005.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 14. ed. Campinas: Papirus, 1997.

SANTOS FILHO, E. Veloso. A regulamentação profissional do turismólogo não se resume a uma questão meramente filosófica. **Rev. Esp. Acadêmico**, n. 67. dez., 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/067/67jsf.htm>> Acesso em: 24 jul. 2013.

SANTOS FILHO, João. Turismo: ciência ou técnica? **Rev. est. turísticos**, n. 03, mar. 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=345>> Acesso em: 15 jul. 2013.

SÃO LUÍS. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de São Luis. Missão, Visão... Disponível em: http://www.saoluis.ma.gov.br/setur/frmPagina.aspx?id_pagina_web=734. >. Acesso em: 15 jul. 2013.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete (Org.). **Currículo e formação profissional: nos cursos de turismo**. Campinas: Papirus, 2002.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; FABRIS, Cristine. A atuação do turismólogo na sociedade da informação. **Rev. digital bibli. Ciên. Infor.**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 40-54, jul./dez. 2007.

SOUSA, Andrea Santos. **A responsabilidade legal e ética do operador turístico e Da agência de viagem perante o consumidor e o mercado de São Luís**. 74 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) – Curso de Turismo, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

TEIXEIRA, Sérgio Henrique Azevedo. **Cursos superiores de turismo: uma abordagem histórica (1970/1979)**. USF. 20---. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo05/Sergio%20Henrique%20Azevedo%20Teixeira%20-%20Texto.pdf>> Acesso em: 15 jul. 2013.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 5. ed. Campinas: Papirus, 1998.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Regulamentação” do turismólogo**: enganos e engodos. 2012. Disponível em: <<http://luiztrigo.blogspot.com.br/2012/01/regulamentacao-do-turismologo-enganos-e.html?m=1>>. Acesso em: 25 nov. 2013.

TURISMO no Maranhão. <<http://www.turismo-ma.com.br/>> Acesso em: 18 jul. 2013.

UM MILHÃO desiste de curso superior. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/ensino_ensinosuperior/2012/10/26/ensino_ensinosuperior_interna,329990/um-milhao-desiste-de-curso-superior.shtml> Acesso em: 09 jul. 2013.

UMA VIAGEM pela bela história do curso de Turismo da UFMA. Disponível em: <http://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/palavra_reitor.jsf?id=46> Acesso em: 27 jul. 2013.

VOCÊ MANDOU e o poder se mexeu. **Isto é**, São Paulo, n. 2276, p. 68-73, 03 jul. 2013.

WABAH, Alah-Eldin Abdel. **Introdução á administração do turismo**: alguns aspectos estruturais e operacionais do turismo internacional: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

APENDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS / DEPARTAMENTO DE TURISMO E HOTELARIA / CURSO DE TURISMO

Prezado respondente, este questionário foi elaborado pela aluna Raissa Castro, bacharelanda em Turismo na Universidade Federal do Maranhão, com o objetivo de pesquisa monográfica, orientada pela Professora Linda Rodrigues.– destina-se a sociedades cíveis organizadas de São Luís, e visa entender a sua percepção sobre o que é e o que faz o Bacharel em turismo. Tais informações serão fundamentais para o estudo de pesquisa monográfica que implicará na conquista da graduação de turismo.

I – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1. Sexo

- 1.1 () Masculino 1.2 () Feminino

2. Faixa etária

- 2.1 () Até 20 anos 2.2 () 21-30 anos
2.3 () 31-40 anos 2.4 () 41-50 anos
2.5 () 51-60 anos 2.6 () Acima de 60 anos

3. Qual o seu nível de escolaridade?

- 3.1 () Sem educação formal . 3.2 () Ensino Fundamental.
3.3 () Ensino Médio. 3.4 () Ensino Superior.
3.5 () Pós-graduação. 3.6 () Outro. _____.

- 3.1.1 Completo () Incompleto ()

4. Qual a sua ocupação atual?

- 4.1 () Estudante. 4.2 () Autônomo.
4.3 () Funcionário público. 4.4 () Funcionário Assalariado.
4.5 () Desempregado. 4.6 () Outro. _____.

5. Qual a sua faixa salarial MENSAL?

- 5.1 () Sem renda fixa 5.2 () Até 1 salário mínimo
5.3 () De 1 a 3 salários mínimos 5.4 () De 4 a 6 salários mínimos
5.5 () De 7 a 9 salários mínimos 5.6 () Acima de 10 salários
5.7 () Outro. _____.

6. Você é associado á:

- 6.1 () sindicato
6.2 () organização
6.3 () ONGS

II – CONHECIMENTO SOBRE O ASSUNTO

7. Você conhece alguma faculdade que estuda o turismo?

- 7.1 () sim 7.2 () não

8. Qual o campo de atuação de um profissional de nível superior em turismo?

- 8.1 () atua fazendo city tour - passeio pela cidade, mostrando os pontos turísticos.
8.2 () atua somente viajando
8.3 () atua no planejamento, promoção e execução das atividades turísticas.
8.4 () outros _____

9. Qual o nome do profissional de nível superior formado em turismo?

- 9.1 () Bacharel em turismo 9.2 () Administrador
9.3 () Turismólogo 9.4 () Guia de Turismo
9.5 () Relações Públicas 9.6 () Outro _____

10. Qual o nome do profissional de nível técnico formado em turismo?

- 10.1 () Bacharel em turismo 10.2 () Administrador
10.3 () Turismólogo 10.4 () Guia de Turismo
10.5 () Relações Públicas 10.6 () Outro _____

11- Em sua opinião, o setor de turismo é importante para economia de um país?

- 11.1 () sim 11.2 () não
Porque? _____

12- Você sabe o que significa o termo turismólogo? Se sim, explique em poucas palavras.

13- Em sua opinião, as crianças deveriam aprender sobre o que é turismo e sua importância na escola?

- 13.1 () sim 13.2 () não ()

14- Dentre os itens abaixo relacione em termos de importância (0-5) quais as atribuições do profissional do turismo para o país (Sendo 5 mais importante e 0 menos importante):

- 14.1 () Formação 14.2 () Planejamento 14.3 () Capacitação

- 14.4 () Pesquisa 14.5 () Consultoria

- 14.6 () Guiamento

15 – Dentre as vagas para concursos públicos você idêntica, algum na área do turismo?

- 15.1 () sim 15.2 () não 15.3 () poucos 15.4 () outros _____

16- Você sabe informar se existe algum profissional da área de turismo que possui regulamentação perante a lei?

- 16.1 () sim 16.2 () não 16.3 () outra _____

Comentários adicionais:

*** Marcar UMA única opção em cada questão.**